



Ma Siyuan

**Um olhar português sobre a China.
As relações luso-chinesas nas obras de alguns
autores portugueses**



Ma Siyuan

**Um olhar português sobre a China.
As relações luso-chinesas nas obras de alguns
autores portugueses**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas, Literaturas e Culturas, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António Nuno Rosmaninhos Rolo do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Professor Doutor Paulo Alexandre Cardoso Pereira, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

vogais

Professora Doutora Cláudia Maria Ferreira de Sousa Pereira, Professora Auxiliar da Universidade de Évora (arguente)

Professor Doutor António Nuno Rosmaninho Rolo, Professor Auxiliar com Agregação da Universidade de Aveiro (orientador)

agradecimentos

Muito especialmente, desejo agradecer ao meu orientador Prof. Doutor António Nuno Rosmaninho Rolo, pela paciência, dedicação e profissionalismo, pela motivação inculcada e pela segurança transmitida, despertando e acreditando sempre na minha capacidade.

Ao Professor Doutor Paulo Pereira, diretor do mestrado em que o estudo se realizou, pela sua total disponibilidade e apoio.

À Professora Doutora Suoying Wang, um muito obrigada por todo o carinho e amizade que me manifestou. Agradeço a ajuda, o apoio e a preocupação nos momentos de maior aflição.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, pelos momentos de entusiasmo partilhados em conjunto, em particular amigos que estiveram ao meu lado durante esta fase, pelo companheirismo, força e apoio em certos momentos difíceis.

A toda a minha família, em particular pais e avós, que em determinados momentos foi determinante para seguir em frente, pelo incentivo, pela coragem e pelo apoio incondicional que sempre transmitiu.

Ao meu querido namorado, pelo seu cuidado, carinho e incentivo e total ajuda na superação dos obstáculos que ao longo desta caminhada foram surgindo.

Por último, a eles dedico este trabalho!

palavras-chave

relações, Portugal, China, imaginários, Oriente, Ocidente

resumo

Os portugueses foram os pioneiros europeus que chegaram à China após a descoberta de uma extensa rota marítima. Daí em diante, abriu-se um estreito relacionamento entre os dois países, sobretudo através de Macau. É importante salientar que alguns portugueses visitaram a China e publicaram as suas visões deste país. Estes autores portugueses registaram as suas impressões acerca da cultura chinesa, relatando encontros e desencontros. Este trabalho tem como objectivo analisar essas obras e compor um olhar completo e global que ajude a desvendar as relações entre Portugal e a China. Através da voz dos escritores portugueses, pode-se encarar a China com objectividade, reconhecendo a China com uma visão universal.

keywords

relationship, Portugal, China, imaginary, East, West

abstract

The portuguese were the European pioneers who arrived in China after the discovery of an extensive sea route. From then on, it opened up a close relationship between the two countries, especially through Macao. It's importante to emphasize that some Portuguese visited China and published their views of this country. These Portuguese authors recorded their impressions of the Chinese culture, reporting encounters and contradictions. This work aims to analyze these opuses and build a complete and overall look that helps to unravel the relationship between Portugal and China. Through the voice of Portuguese writers, you can see China objectively, acknowledging China with a universal vision.

关键词

关系，葡萄牙，中国，概观，东方，西方

摘要

新航路开辟后，葡萄牙人作为欧洲航海先驱者首先抵达中国。从那一刻起，以澳门为纽带，开启了两国交往的大门。值得注意的是，在一些葡萄牙作家的著作中，描绘了对中国的印象，记述了东西方文化的碰撞与交融。本文旨在分析这些著作，从而以一种全面、综合的视角来发觉中葡两国之间的关系。通过分析这些葡萄牙作家的言论，我们可以客观地看待中国，以一种普遍主义的角度认识中国。

ÍNDICE

ÍNDICE	1
LISTA DE FIGURAS	3
LISTA DE GRÁFICOS	4
ÍNDICE DE SIGLAS	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I- Relações de 500 anos entre Portugal e China.....	10
1.1. Uma relação especial: as relações luso-chinesas.....	11
1.2. O papel histórico de Macau no encontro da China com o Mundo	12
CAPÍTULO II- O primeiro encontro entre portugueses e chineses: a Dinastia Qing (do século XVI ao XVII).....	14
2.1. O relacionamento da China com o exterior.....	15
2.1.1. As primeiras relações entre Portugal e a China.....	15
2.1.2. Relações económicas e diplomáticas	17
2.2. A visão portuguesa da China	20
2.2.1. A <i>Peregrinação</i> , de Fernão Mendes Pinto.....	21
2.2.2. O <i>Tratado da China</i> , de Galiote Pereira.....	31
CAPÍTULO III- Declínio e queda do Império do Meio: a Dinastia Qing (do século XVIII ao início do século XX).....	37
3.1. Relações económicas e diplomáticas	38
3.1.1. O período Qing inicial: restrição dos contatos com o Ocidente e a política de reclusão	38
3.1.2. O período Qing intermédio e as negociações em Macau	40
3.1.3. A queda da dinastia Qing e a construção da soberania portuguesa em Macau	41
3.2. Literatura macaense em língua portuguesa	44
3.2.1. Uma observação fina de poeta: Barbosa du Bocage	45
3.2.2. O amor entre diferentes nacionalidades: <i>A trança feiticeira</i>	49
CAPÍTULO IV- As relações entre Portugal e a República Popular da China entram numa nova era (de 1949 até hoje)	57
4.1. As relações luso-chinesas desde o século XX	58
4.1.1. O estabelecimento de relações diplomáticas	58
4.1.2. A solução da questão de Macau e o seu presente	60
4.1.3. Um novo capítulo nas relações entre os dois países.....	65
4.2. Vento oriental: a sinologia em Portugal	67
4.2.1. <i>China vista por um sinólogo português</i> de Luís Cabral	68
4.2.2 <i>Toda a China</i> de António Graça de Abreu.....	73
CONCLUSÃO	79

ANEXOS	83
Anexo 1- Breve cronologia dos eventos importantes	84
Anexo 2- Mapas da China (Dinastia Ming, Dinastia Qing e RPC)	86
Anexo 3- Mapas de Macau (do século XVI ao XXI)	88
 BIBLIOGRAFIA	 91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Antiga imagem de Macau depois de consumado o estabelecimento dos portugueses em meados do século XVI.	13
Figura 2 – Posição de Macau nas principais rotas comerciais portuguesas, no seu período mais próspero em finais do século XVI.....	15
Figura 3 – O navio português no século XVI.....	17
Figura 4 – Atlas de cartógrafo português (c. 1520 – c. 1580)	19
Figura 5 – Primeira página da primeira edição de <i>Peregrinação</i>	22
Figura 6 – Padre Matteo Ricci e um intelectual chinês	26
Figura 7 – Comércio em Cantão no século XVIII	38
Figura 8 – Principais riquezas de Macau	41
Figura 9 – Abertura dos portos através do Tratado de Nanquim	42
Figura 10 – Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português.....	43
Figura 11 – Cartaz do filme <i>A trança feiticeira</i>	51
Figura 12 – O Jardim de S. Francisco (por volta de 1890).....	52
Figura 13 – A paisagem de Macau.....	63
Figura 14 – Portugueses na Expo Xangai, 2010.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A vida de Fernão Mendes Pinto	22
Gráfico 2 – Efeitos da política de reclusão	39
Gráfico 3 – PIB de Macau.....	62
Gráfico 4 – Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa entre Janeiro e Setembro de 2014	66

INDICE DE SIGLAS

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EDP – Energias de Portugal

EXPO – Exposição Mundial

JTM – Jornal Tribuna de Macau

PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto interno bruto

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

RPC – República Popular da China

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

Logo após a chegada dos primeiros portugueses ao Oriente no século XVI, abriu-se a primeira página das relações luso-chinesas. Pelo desejo de estabelecer os contatos comerciais, pela curiosidade sobre o antigo império oriental, os portugueses procuravam obter informações abundantes sobre a China e registaram os conhecimentos exóticos resultantes das suas vivências orientais.

Os escritores portugueses viveram na China, temporária ou permanentemente, deixaram para trás uma série de obras, incluindo literatura de viagens, poemas, romances, relatórios e cartas. Nas obras portuguesas, a China foi apresentada com um novo aspeto. As informações sobre a China são chaves para abrir as portas que conduzem ao mundo oriental.

Como sou uma estudante chinesa que estuda a literatura e cultura portuguesas, a literatura lusófona sobre as relações luso-chinesas está dentro do meu campo de interesse. Ao longo do percurso de aprendizagem, algumas perguntas começaram a nascer em minha mente:

1. Quando e como os portugueses chegaram à China?
2. Quais as atividades desenvolvidas pelos portugueses na China?
3. Qual a influência da cultura portuguesa em Macau?
4. As muitas pessoas que conhecem o livro *As viagens de Marco Polo*, sabem que os portugueses nos deixaram livros maravilhosos que registam as vivências orientais?
5. Qual é o passado, presente e futuro das relações luso-chinesas?
6. Enquanto estudante chinesa em Portugal, como posso divulgar a cultura portuguesa na China e a cultura chinesa em Portugal?

Todas estas perguntas levaram-me a investigar este tema. Assim nasceu a motivação para este estudo que analisa as relações luso-chinesas em torno das obras portuguesas. Para isso, não poupei esforços para coletar os livros sobre o

relacionamento entre os dois Estados, e este trabalho é um passo preliminar para este grande assunto.

Todavia, no passado, foram raros os estudos portugueses que incidiram na China. As relações luso-chinesas têm sido objeto de poucos estudos e portanto permanecem nebulosas. Há alguns estudos sobre Macau e a sua história mas poucos sobre as relações luso-chinesas. E no passado, os estudos sobre Macau, muitas vezes com poucas páginas, limitam-se a aspetos parciais de Macau, tais como o catolicismo em Macau, os patrimónios históricos ou a solução da questão de Macau. Então, sem dúvida, é difícil entender completamente o relacionamento entre Portugal e a China. Será possível tentar preencher esta lacuna?

Até ao presente, uma série de obras portuguesas sobre a China foram sucessivamente publicadas, constituindo uma fonte muito importante para estudar as relações culturais entre Portugal e a China. Essas obras não são apenas obras acerca da China, mas também repercussões e pensamentos sobre as duas culturas.

Portanto, o presente trabalho tem precisamente o objetivo de analisar as relações entre Portugal e China do século XVI até aos dias de hoje, através da voz dos escritores portugueses e assim conhecer a China por intermédio de uma visão exterior. Gostaria de desvendar a visão de alguns autores portugueses sobre a China, e deste modo compor um olhar geral que ajude a descobrir as relações políticas, económicas e culturais entre Portugal e a China, de modo a promover a amizade, o entendimento, e a cooperação entre os dois países.

Este trabalho, baseado em fontes históricas portuguesas e chinesas, propõe-se compreender e expor cinco séculos de atividades dos portugueses com os chineses. A realização da dissertação envolve dois passos.

As relações entre Portugal e a China têm sido difíceis de assumir e contar. Não só pelo fato de se tratar de mais de cinco séculos de estadia portuguesa no Extremo Oriente, mas porque esta relação não é igual às outras relações entre países. Por isso, este estudo é uma tarefa complexa.

Como as primeiras referências à China num documento português surgiram no século XVI, no período da Dinastia Ming, o presente trabalho começa por contar as relações luso-chinesas nessa época. Sendo assim, segundo a ordem do tempo, esta relação passou por três períodos: a Dinastia Ming, a Dinastia Qing e a República Popular da China.

Este trabalho estuda as relações luso-chinesas em vários aspetos, incluindo as relações diplomáticas, económicas e culturais. Para cada período, escolhi dois livros de alto valor histórico, de modo a examinar os progressos do relacionamento entre Portugal e a China ao longo do tempo. Da leitura deste valioso conjunto de obras, podemos perceber os encontros e desencontros dos portugueses e chineses. Assim, o presente trabalho divide-se em quatro capítulos:

O primeiro oferece uma visão global das relações de 500 anos entre Portugal e a China e refere o papel histórico de Macau no encontro da China com o mundo.

O segundo capítulo relata os primeiros encontros entre portugueses e chineses durante a Dinastia Ming (séculos XVI e XVII). Neste período, escolhi dois livros mais ilustres para analisar as primeiras relações entre os dois países: a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e o *Tratado da China* de Galiote Pereira.

O terceiro capítulo, em torno das atividades portuguesas em Macau durante a Dinastia Qing (de meados do século XVII ao início do século XX), relata as negociações e a construção da soberania portuguesa em Macau. Nesta parte, analisa-se as propriedades e o valor histórico da literatura macaense em língua portuguesa, tal como *A trança feiticeira*, a obra representativa de Henrique de Senna Fernandes.

O último capítulo alude às relações entre Portugal e a República Popular da China desde a segunda metade do século XX até aos dias de hoje. Nesta nova era, escolhi duas obras de sinólogos portugueses, em particular *Toda a China* de António Graça de Abreu, para entender melhor a solução da questão de Macau, a cooperação económica bilateral e a comunicação cultural.

Há nestas páginas um convite à viagem, através da história, seguindo as pisadas

dos portugueses corajosos do século XVI que alcançaram o território do Império do Meio. Na remota China, os lusitanos desenvolveram atividades, estabeleceram acordos com a China, fizeram negociações e missionaram. A descoberta e o relacionamento entre Portugal e a China reclamam guias experientes, como o são Fernão Mendes Pinto, Henrique de Senna Fernandes e António Graça de Abreu. É a hora de nos fazermos ao caminho, e descobrirmos e desvendarmos o passado, o presente e o futuro das relações luso-chinesas.

CAPÍTULO I

RELAÇÕES DE 500 ANOS ENTRE PORTUGAL E A CHINA

«Um Embaixador de Portugal na China não pode deixar de começar por mencionar o longo relacionamento com esta terra e as suas gentes que data de há 500 anos. Muita da nossa atenção quando temos de lidar com os acontecimentos históricos ligados aos portugueses na China tende a estar focada em Macau mas não deveremos esquecer outros locais, onde a nossa presença ficou registada, entre os quais Pequim justamente... Assim sendo, ao focarmo-nos nos actuais desafios, ancorados numa base sólida da nossa memória comum, de harmonioso contacto, Portugal e a China têm à sua frente um futuro auspicioso.»

Embaixador Jorge Torres-Pereira

1.1. Uma relação especial: as relações luso-chinesas

Ao longo da Idade Moderna, os portugueses foram os primeiros europeus a estabelecerem relações marítimas diretas com o Extremo Oriente. Desde o primeiro momento em que os portugueses tiveram negócio em Malaca¹ com os chineses, até aos dias de hoje, Portugal já tem relações com a China por 500 e tal anos. Se se contar a partir chegada dos portugueses a Macau no ano de 1557, também há 450 e tal anos de relações entre os dois países. Durante 500 anos, os portugueses desempenharam um papel fundamental na descoberta da civilização chinesa. Não se limitando a actuar como simples mecadores, tiveram também a preocupação de recolher e registar informações detalhadas sobre todos os aspetos da realidade chinesa. A visão portuguesa da China conheceu avanços e recuos ao longo da história.

As relações luso-chinesas têm sido extraordinárias, subtis e delicadas, contudo, permanecem vagas, envoltas em denso manto de nevoeiro. A relação histórica e atual entre Portugal e a China foi, sem dúvida, a mais difícil de assumir e contar, e isto porque esta relação não é igual às outras relações entre países. Por um lado, os portugueses foram os primeiros europeus a estabelecerem relações marítimas diretas com a China; por outro lado, os portugueses foram os últimos europeus a sair da China. Ao longo do tempo, podemos observar que a nação lusitana foi flexível, não só corajosa mas também de compromisso, portanto, na história, os dois países resolveram bem os problemas, não tendo aparecido conflitos graves e refregas cruéis.

Portugal e a China têm uma relação que dura há cinco séculos. Esta relação já passou por três fases. A primeira, de mera permanência de Portugal em Macau, contribuiu para Portugal ter uma vantagem sobre os outros países da Europa sendo que Portugal tinha assim uma relação de exclusividade com os mercados asiáticos. A segunda fase durou enquanto Macau foi proclamada oficialmente colónia de Portugal, embora o reconhecimento por parte da China tenha sido difícil. Na terceira fase, desde

¹ Malaca é o terceiro menor estado da Malásia, encontra-se no litoral sul-ocidental da Península Malaia, defronte da ilha de Sumatra, com o estado de Negeri Sembilan ao norte e Johor a leste.

a transferência de soberania de Macau para a China em 1999 até agora, as relações entre República Popular da China e Portugal entram numa nova era.

1.2. O papel histórico de Macau no encontro da China com o Mundo

Olhando as relações luso-chinesas, Macau tem ocupado uma posição muito importante e extraordinária. Macau foi considerada o primeiro entreposto e simultaneamente, a última colónia europeia na Ásia. A chegada de Jorge Álvares à ilha de Tamão, em 1513, foi o primeiro encontro oficial das duas civilizações e marca o início do domínio português em Macau. Nos últimos 450 anos, Macau, com uma mediação, tem vindo a desempenhar um papel de plataforma nas modernas trocas culturais entre a China e o Ocidente. Os moradores chineses e ocidentais têm convivido, por vários séculos, sob jurisdições diferentes nesta nesga de terra. Com certeza, na história, a soberania sobre Macau constitui, de há muito, um tema problemático, desde que os portugueses aqui se abrigaram em 1557. No entanto, como os portugueses compreenderam as artes da diplomacia chinesa, não apareceram conflitos graves.

No minúsculo território de Macau, cruzaram-se duas civilizações muito distintas, o que permitiu uma maior ligação entre Ocidente e Oriente e abrir uma linha de comércio e de comunicação entre o Ocidente e um Oriente que no passado estava fechado aos restantes países. Nos últimos 450 anos, Macau serviu os interesses no exterior dos sucessivos regimes dominantes na China (Dinastia Ming, Dinastia Qing e República da China) e, ao mesmo tempo, tornou-se um ponto importante de partida de missionários. Nessa altura, Macau tinha um estatuto peculiar, que está na origem das suas múltiplas identidades sociais, que têm vindo a promover o diálogo e a compreensão entre a China e o mundo ocidental. Depois da transferência de soberania de Macau para a China em 20 de Dezembro de 1999, as relações entre a República Popular da China e Portugal entraram numa nova era. Devido à política de “Um país,

dois sistemas”, praticada nos últimos anos, Macau tem experimentado um novo processo de internacionalização.

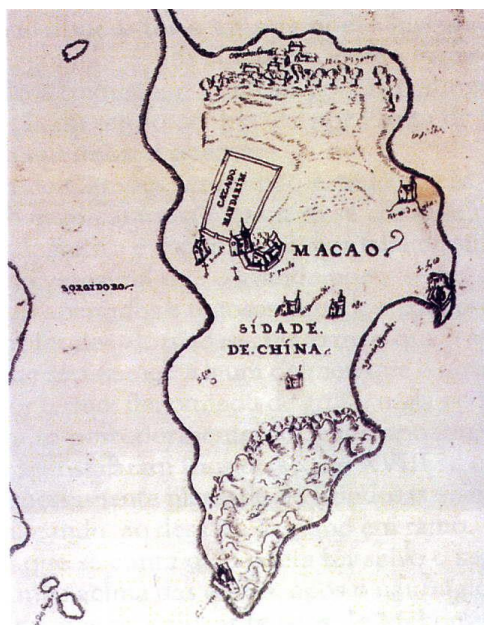


Figura 1 – Antiga imagem de Macau depois de consumado o estabelecimento dos portugueses em meados do século XVI.

(Proveniência: Oliveira, Francisco Roque (2006). *Cartografia antiga da cidade de Macau*. Barcelona: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Vol. X, N. 218)

Nos dias de hoje, como pedra angular nas relações luso-chinesas, Macau é muitas vezes caracterizado como um ponto de encontro, de coexistência harmoniosa e de intercâmbio multicultural. Macau tem vindo a oferecer um espaço público de encontro e diálogo cultural entre o Ocidente e o Oriente, e este diálogo intercultural tem vindo a ser coroado de sucessos. Com efeito, acreditamos que Macau, desempenha um papel histórico no encontro da China com o resto do mundo e, simultaneamente, serve de barômetro na relação entre Portugal e a China. A China e Portugal precisam de maiores intercâmbios e diálogo. Isto é necessário para o desenvolvimento da China e de Portugal.

CAPÍTULO II

O PRIMEIRO ENCONTRO ENTRE PORTUGUESES E CHINESES: A DINASTIA MING

(SÉCULOS XVI E XVII)

«A partir da chegada dos Portugueses ao Oriente, e como reflexo das viagens de exploração através do Oceano Índico, desencadeou-se uma autêntica revolução informativa. Deu-se início à formação de um gigantesco banco de dados, com informações pormenorizadas e actualizadas sobre a geografia e a antropologia asiáticas. A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto é uma obra extremamente complexa. No entanto, é uma obra paradigmática, pois constitui uma autêntica síntese enciclopédica das informações recolhidas pelos Portugueses, no Extremo Oriente, assim como apresenta um súpula das experiências e vivências portuguesas do Extremo Oriente.»
(Loureiro, Rui 1991: 80)

2.1. O relacionamento da China com o exterior

2.1.1. As primeiras relações entre Portugal e a China

A China situa-se a oeste do Oceano Pacífico, e a Europa fica a leste do Oceano Atlântico. Ao longo da história, os orientais e os ocidentais tinham vivido em isolamento e pacificamente, sem perturbar o outro. A partir dos séculos XV e XVI, ocorreu a grande expansão marítima comercial dos países europeus. As grandes viagens realizadas pelos portugueses vieram alterar radicalmente esta situação, pois, ao abrirem um caminho marítimo para o Oriente, inauguraram um relacionamento direto, e a partir de então ininterrupto, entre a Europa e os remotos mundos asiáticos, que começaram então a adquirir uma renovada dimensão material e intelectual. Através dos Descobrimentos, pela primeira vez na história, o mundo seria totalmente interligado. Esse contato entre os europeus e os chineses teve profundas transformações em muitos aspetos na vida de ambos.



Figura 2 – Posição de Macau nas principais rotas comerciais portuguesas, no seu período mais próspero em finais do século XVI

(Proveniência: pt.m.wikipedia.org/wiki/História_de_Macau, acedido em 3 de Março de 2015)

É importante salientar que os portugueses foram os pioneiros europeus que chegaram à China após a descoberta de uma extensa rota marítima. As primeiras referências à China num documento português remontam a 1508, relacionado com a

busca do entreposto marítimo comercial de Malaca. A conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque, em 1511, insere-se numa política de aproveitamento da rede comercial preexistente, política essa que explica, em parte, a rapidez e o sucesso da expansão portuguesa no Oriente. (Jorge Manuel Alves, 1994: 7)

A conquista de Malaca foi pois determinante para os primeiros contactos com a China. Afonso de Albuquerque, que acabara de conquistar Malaca, encontra ali alguns chineses que são rodeados de todo o carinho. O grande capitão proporciona-lhes meios para poderem regressar à sua terra. Ali frutificou a ideia de atingir a China. Ao mesmo tempo, D. Manuel I tivera a notícia do relato da China. O rei ficou entusiasmado com a informação que acabara de receber, expede uma armada, em 13 de fevereiro de 1508, com instruções para descobrir terras entre a ilha de S. Lourenço e Malaca e para recolher notícias precisas acerca da China, do seu povo, do seu comércio e da sua religião. Tudo preparado, inicia-se a aventura da China.

A primeira viagem documentada de portugueses à China data de 1513, o chefe de fila era Jorge Álvares², companheiro de armas de Afonso de Albuquerque. Deixou Malaca, rumo à China, atingiu Tamão³, onde ergue um padrão e realiza proveitosas trocas comerciais. (Rui Manuel Loureiro, 1990: 15) Os contatos com a China prosseguirão nos anos seguintes, até que em 1517 é enviada a primeira embaixada oficial, chefiada por Tomé Pires⁴, encurtando a distância que separa os mundos oriental e ocidental. O mar do Sul da China passou desde então a ser ativamente frequentado pelos portugueses e daí em diante, abriu-se um estreito relacionamento entre Portugal e a China. (Jorge Manuel Alves, 1994: 10)

² Jorge Álvares (Freixo-de-Espada-à-Cinta, ? - China, 8 de Julho de 1521) foi um explorador português, o primeiro europeu a aportar na China, por via marítima, e, em 1513, a visitar o território que atualmente é Hong Kong. Foi um dos portugueses que, de Malaca, se dirigiram à China, sendo o primeiro a chegar à China, a mando do Capitão ou Governador de Malaca, o português Jorge de Albuquerque, sobrinho do conquistador Afonso de Albuquerque.

³ Tamão também chamado ilha Tunmen, situa-se na costa do sul da China, província de Cantão, perto de Hongkong. Tamão foi a primeira terra chinesa que cinco portugueses, encabeçados por Jorge Álvares, pisaram naquele longínquo ano de 1513.

⁴ Tomé Pires (1465-1540) foi um destacado boticário português que viveu no Oriente durante o século XVI. Foi autor da *Suma Oriental*, a primeira descrição europeia da Malásia e a mais antiga e extensa descrição portuguesa do Oriente. Em 1516 partiu como o primeiro embaixador português enviado à China na frota de Fernão Pires de Andrade. Foi também o primeiro chefe de uma missão diplomática oficial de uma nação europeia na China.

2.1.2. Relações económicas e diplomáticas

Na primeira viagem, pretendia-se, em primeiro lugar, obter informações sobre a situação geográfica da China e sobre os centros mais importantes do seu comércio marítimo. Em 1516, Jorge de Albuquerque quis alcançar a China, desta vez já com objetivos comerciais. Atinge Cantão⁵, o principal porto comercial da China, e no regresso, entusiasmado com o que vira, convence as autoridades portuguesas acerca das vantagens de se mandar uma embaixada à China. Logo a seguir, de Lisboa saiu uma frota, com carácter oficial, para iniciar relações diplomáticas com a China.



Figura 3 – O navio português no século XVI

(Proveniência: Collis, Maurice (1990). *The Grande Peregrination: Being the life and adventures of Fernão Mendes Pinto*. Oxford: Carcanet Press)

A frota alcança a ilha de Tamão em agosto de 1517, daqui rumo a Cantão onde deixa Tomé Pires com cartas e presentes para o imperador da China. A missão comercial e de exploração da costa chinesa constituiu um êxito, todavia, a parte diplomática não correu bem. Para que esta situação se tornasse insustentável para a embaixada portuguesa na Corte de Pequim, o rei de Bintão⁶, protegido do imperador

⁵ Cantão, ou Província de Guangzhou, na região sul da China.

⁶ Bintão é uma ilha da Indonésia, a maior do arquipélago de Riau, formado por mais de 3000 ilhas.

da China, pede-lhe que não receba os portugueses, por estes lhe terem conquistado Malaca; o imperador que não se iludisse acerca dos novos intrusos: o que eles pretendiam era conhecer bem a situação do país, com o intuito de conquistar parte dele. (Isaú Santos, 1989: 5)

Em consequência, os chineses repudiaram o estilo em que a carta apresentada por Tomé Pires foi redigida, invocando que ela não respeitava os preceitos de humildade exigidos pela corte imperial. E assim, um decreto imperial ordena a expulsão de todos os forasteiros, proíbe o comércio com eles e fecha o porto de Cantão à navegação estrangeira.

Contudo, os portugueses não se desencorajam, não deixaram os intentos de expansão do seu comércio, da sua civilização e da sua religião, decidem prosseguir o seu caminho. Não obstante estes sinais de hostilidade que duraram de 1522 a 1554, os portugueses nunca deixaram de frequentar os mares e portos da China, no exercício da sua atividade comercial. Até houve um intenso tráfico clandestino com colaboração mais ou menos velada das autoridades subalternas chinesas, empenhadas, também elas, nesse lucrativo negócio. Nesta ocasião, os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral chinês, como as do Liampó⁷ e Zhangzhou⁸.

Em 1542, com a descoberta do Japão, novas perspectivas de comércio se abrem. A situação melhora e os portugueses aproveitam a oportunidade para voltar às feitorias de Liampó e Zhangzhou, que conhecem um espectacular impulso com o comércio do Japão. Todos beneficiavam com o comércio português, legal ou clandestino. O que se impunha era encontrar uma saída que não comprometesse ninguém, muito especialmente as autoridades provinciais chinesas.

⁷ Liampó, hoje chamada Ningbo, situa-se a sul da China, de frente para o Mar da China Oriental. No meio do século XVI, o promontório que os portugueses chamavam "Cabo de Liampó" a partir da "ilustre cidade" vizinha foi o ponto mais oriental da Ásia continental conhecido pelos portugueses. Os portugueses começaram a negociar em Ningbo em torno de 1522. Por alturas de 1540, os portugueses tinham uma comunidade considerável em Ningbo. As atividades dos portugueses a partir da sua base de Ningbo incluíam pilhagens e ataques a várias cidades portuárias chinesas ao redor de Ningbo. E também faziam escravos durante as suas incursões. No final de 1540, viviam lá mais de 3000 pessoas, cerca de 1200 delas portugueses.

⁸ Zhangzhou é uma cidade da província de Fuquiém. Localiza-se no sul da China.

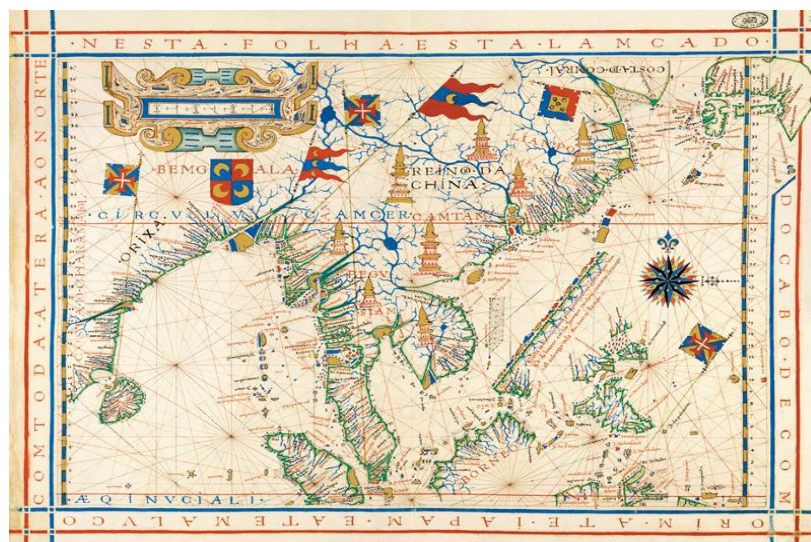


Figura 4 – Atlas de cartógrafo português (c. 1520 – c. 1580)

(Proveniência: Loureiro, Rui Manuel. *A fundação de Macau*. Lisboa: Forma, (36) Mar. 1990)

Por volta de 1550, as relações comerciais luso-chinesas experimentam alguns progressos. As coisas pareciam suavizar-se entre chineses e portugueses e aproximava-se, a passos largos, o momento de estes se estabelecerem em Macau. Cabe esta honra ao capitão Leonel de Sousa que, à frente de uma força naval, consegue do governador de Cantão licença para os portugueses se fixarem em Macau, normalizando-se, deste modo, as relações de comércio e de navegação entre Portugal e a China. (Isaú Santos, 1989, p. 8)

São desta época (1550-1557) os primeiros contatos dos portugueses com Macau, pequena aldeia de pescadores. Nenhum significado tinha Macau para a China quando ali aportaram os portugueses. A China, empenhada em administrar o seu imenso território, pouca importância atribuía à minúscula península do litoral, por isso, não é de estranhar que a chegada dos portugueses a Macau pouca atenção tivesse despertado nas autoridades centrais chinesas.

A pedido dos mandarins do sul, os portugueses expulsaram os piratas que prejudicavam os interesses da China na região. Portanto, a presença portuguesa na zona garantia paz e segurança à navegação e ao comércio. A partir de então começaram os chineses a reconhecer as vantagens do comércio externo e os

inconvenientes do isolamento em que tinham vivido. Com a cessão deste território, os chineses encontrariam solução para uma série de problemas com que se confrontavam: acabavam com a pirataria, criavam estabilidade na região sul, propiciavam o desenvolvimento do comércio, acautelavam a saída de nacionais para o estrangeiro e evitavam a entrada de forasteiros no país.

Macau funcionaria, assim, como uma zona neutra, onde a China iria colher benefícios do comércio externo sem ver beliscados os seus valores culturais, religiosos e éticos. Macau foi, deste modo, um expediente eficaz descoberto pelos chineses para tirar proveito de um tráfico sem que se vissem envolvidos nos seus riscos. Os portugueses, porque detinham o exclusivo da circulação e da comercialização, tornaram-se donos e senhores absolutos, durante longo período, do lucrativo tráfico que efetuavam entre a China, o Japão, as Filipinas, o Sião, Malaca, a Índia e a Europa.

2.2. A visão portuguesa da China

A China quatrocentista era um mundo demasiado remoto. O livro das maravilhas de Marco Polo, redigido em finais do século XIII, que foi talvez o mais famoso de todos esses livros de viagem, ofereceu pela primeira vez aos ocidentais informações sobre a China. Ao conhecerem o Império do Meio, muitas vezes os europeus se surpreendiam. Mas o verdadeiro conhecimento da China só se alcançaria dois séculos mais tarde com os portugueses. Logo após a chegada de Vasco da Gama à Índia, a descoberta de um caminho marítimo para a Ásia intensificou os contatos entre os europeus e alguns povos asiáticos. Nessa altura, alguns portugueses visitaram a China e publicaram as suas visões deste país. Eles passavam muito tempo avistando a China, tentando desvendar os mistérios deste país remoto. Estes autores deram as suas contribuições para a divulgação de informações sobre o Oriente, através de cartas e relatórios para o rei e outras pessoas.

Nas obras portuguesas a China, foi apresentada com um novo aspecto. Através deles, vemos uma China feita de charme e crise. Estes autores portugueses registaram

as suas impressões acerca da cultura chinesa, relatando encontros e desencontros. (Jonathan D. Spence, 1998: 10) Assim, os leitores podem observar que essas obras não são apenas acerca da China, mas também repercussões e pensamentos sobre a civilização chinesa. Entre os autores, é importante salientar Fernão Mendes Pinto⁹. As informações que transmitiu sobre a China, fruto do seu contato direto com a realidade chinesa, foram responsáveis, direta ou indiretamente, pela imagem altamente positiva da China que se formou em Portugal, e depois na Europa, ao longo da segunda metade do século XVI.

2.2.1. *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto

No século XVI, Fernão Mendes Pinto percorreu o Oriente, e logo escreveu o livro *Peregrinação*, onde relata as suas deambulações pelo Oriente. Hoje é consensual o valor histórico e literário do testemunho desta *Peregrinação*. *A Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, tem ocupado um lugar importante na cultura e na literatura portuguesa, sobretudo, na literatura de viagens. *A Peregrinação* tem sido destacada como documento que fixa uma imagem do mundo dos portugueses no século XVI, mas igualmente como notável obra da literatura e da cultura portuguesas.

⁹ Fernão Mendes Pinto (Montemor-o-Velho, 1510-14 — Almada, Pragal, 8 de Julho de 1583) foi um aventureiro e explorador português. Fernão Mendes Pinto foi contemporâneo do auge da expansão marítima portuguesa e da paradoxal decadência interna que assolava as terras lusitanas. De regresso, ele escreveu a *Peregrinação*, publicada em 1614, na qual contou as suas aventuras, num relato que muitos consideraram fantasioso.

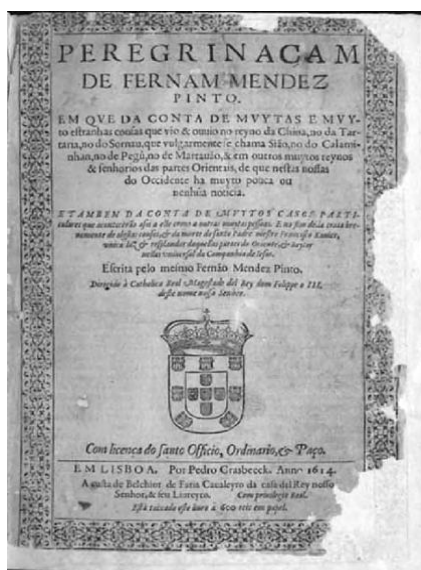


Figura 5 – Primeira página da primeira edição de *Peregrinação*

Se a vida não é mais do que uma viagem, Fernão Mendes Pinto passou uma viagem, uma peregrinação extraordinária, e não podemos deixar de o considerar um homem corajoso e viajado. Quanto às suas várias atividades, Mendes Pinto foi negociante, mercador, homem de corte, embaixador, guerreiro. A sua vida pode-se dividir em três grandes fases (Alexandre M. Flores, 1983: 27):

	Datas	Eventos
Primeira fase	1509-1537	Infância e juventude em Portugal
Segunda fase	1537-1558	Peregrinação pelo Extremo Oriente
Terceira fase	1558-1583	Período de vida passado em Portugal após o seu regresso do Extremo Oriente

Gráfico 1 – A vida de Fernão Mendes Pinto

De acordo com a sua memória de uma longa vivência na China, Fernão Mendes Pinto escreveu sobre as áreas que visitou. A *Peregrinação*, com 226 capítulos, apresenta-se-nos como um vasto painel de eventos, de paisagens, de costumes, de combates. O autor narra a sua vida e as suas viagens pelo Oriente, feitas de aventuras e desventuras. Ao longo de vinte e um anos, Fernão Mendes Pinto registou as informações pormenorizadas dos costumes e das terras, revelando curiosidade por

essa civilização e acabando por relatar a feição do povo chinês no século XVI.

A *Peregrinação* teve uma grande repercussão na Europa da época. Este livro nunca deixou de ser uma das obras mais lidas e apreciadas da literatura portuguesa, foi traduzida em seis línguas e teve dezanove edições. Álvaro da Costa Pimpão¹⁰, num texto que apareceu como prefácio à edição de 1984 da *Peregrinação*, atribuiu um alto valor à obra de Fernão Mendes Pinto:

«Aspirar com deleite o aroma desta singular flor de exotismo, produto da insaciada curiosidade de um português viajante do nosso século XVI; e como ele a deixou para nos dar gosto, esforcemo-nos realmente por gozá-la em toda a sua plentitude.»¹¹

Todavia, Fernão Mendes Pinto deixou-nos um relato tão exótico que desde a data da sua publicação, a veracidade da *Peregrinação* foi muito discutida, ao ponto de se criarem ditos jocosos com o seu nome: Fernão Mentos Minto, ou então: Fernão, Mentos? Minto!

Não é estranho que tenha surgido essa ideia. Ao longo do livro, Fernão Mendes Pinto faz referência a terras e gentes distantes para a maior parte dos leitores ocidentais. E contudo, João David Pinto-Correia acentua o valor histórico da *Peregrinação*:

«O estudo do significado documental da obra de Mendes Pinto é indubitavelmente tarefa importante.

«Fernão Mendes Pinto dir-nos-ia que escreveu o que, sendo homem, português e cristão, fez, viveu, viu e ouviu. Estamos convencidos de que sobretudo registou o que viveu

¹⁰ Álvaro da Costa Pimpão (1902-1984) nasceu em Coimbra e licenciou-se em Filologia Românica na Universidade de Coimbra. Foi professor e diretor da Faculdade de Letras de Coimbra, também procurador à Câmara Corporativa na IX Legislatura e vogal do Conselho Superior do Instituto de Alta Cultura. Reputado medievalista e atento estudioso da literatura renascentista (como o comprovam, aliás, edições de obras de Gil Vicente, Camões ou Fernão Mendes Pinto).

¹¹ “Introdução” à edição da *Peregrinação*, Lello & Irmão, Porto, 1984, p. 32.

e viu: “E digo isto porque assim o posso afirmar com verdade, pois ambos estes sucessos vi com meus olhos, e em ambos me achei presente com assaz de perigo meu..” (cap.CC). Podíamos acrescentar que essa primeira intenção se conjugou com outra: a de transmitir o que ele soube ou que outros lhe transmitiram, e mesmo o que ele julgou (ou imaginou) viver, ver e ouvir.

Contudo, não é lícito que a obra continue a ser desvalorizada por se julgar que não constitui um registo decididamente historiográfico. Não foi esse o objectivo do seu autor. Pelo contrário, urge que ela seja reconhecida como o que quis logo ser: uma narrativa não obrigatoriamente histórica, com proximidade muito grande à autobiografia ou, como queria Fidelino de Figueiredo, uma autolatrina.» (João David Pinto-Correia, 2002: 79- 80)

Aliás, atualmente, os estudiosos de Macau confirmam que os eventos referidos na *Peregrinação* estão conformes ao livro *A História de Ming*¹². Por isso, o texto é uma inestimável fonte de informações para conhecermos as atividades dos portugueses no Extremo Oriente durante o século XVI.

Na *Peregrinação*, um português conta sem reserva toda a história, através dos seus olhos. A China era um império, o mais vasto, o mais povoado e o mais antigo do mundo. Fernão Mendes Pinto mostrou à Europa essa China desconhecida e as suas tradições culturais. Quando analisamos as fontes da história dos feitos dos portugueses no Oriente, somos confrontados com episódios muito semelhantes aos narrados pelo aventureiro. Pois, é de salientar que o livro vivifica o relacionamento entre Portugal e a China da época, pois a *Peregrinação* é um documento precioso para

¹² A História de Ming (em chinês: 明史) é uma das obras históricas oficiais chinesas, consistindo em 322 volumes e abrangendo a história da Dinastia Ming (1368-1644). Foi escrita por um número de funcionários comissionados pelo tribunal da Dinastia Qing.

estudar as relações luso-chinesas no século XVI.

Como já foi dito no início do capítulo segundo, Tomé Pires foi o primeiro chefe de uma missão diplomática oficial de uma nação europeia na China. Ele alcança Tamão em 1517 e logo rumo para Cantão onde deixa uma comitiva com cartas e presentes para o imperador da China. Acerca de Tomé Pires, Fernão Mendes Pinto, na *Peregrinação*, relata:

«Nós, com o fervor desta vitória arremetemos logo à porta e nela achámos o mandarim com cerca de seiscentos homens consigo, o qual estava em cima de um bom cavalo, com umas couraças de veludo roxo de cravação dourada do tempo antigo, as quais depois soubemos que foram de um tal Tomé Pires, que El-Rei D. Manuel da gloriosa memória mandara como embaixador à China, na nau de Fernão Peres de Andrade¹³, governando o Estado da Índia, Lopo Soares de Albergaria.» (Fernão Mendes Pinto, 1995, vol. I: 204)

Este documento diz-nos expressamente que o rei D. Manuel mandou a sua primeira embaixada à China, chefiada por Tomé Pires. Após o Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, D. Manuel I tivera notícias da China diferentes daquelas que até ali eram conhecidas. Em 1516, o rei Venturoso expede para a China o primeiro embaixador português na frota de Fernão Pires de Andrade. Os navios transportavam homens desejosos de melhorarem as suas vidas e de sustentarem a potência portuguesa.

¹³ Fernão Pires de Andrade foi capitão, navegador, guerreiro e mercador português do século XVI, farmacêutico e diplomata oficial às ordens do governador de Malaca, Afonso de Albuquerque, e uma das personagens de maior relevo da História Oriental de Portugal.



Figura 6 – Padre Matteo Ricci e um intelectual chinês

(Proveniência: Hsu, Immanuel C. Y. (2000) *The rise of modern China*, Oxford: Oxford University Press. p. 122)

Muitas coisas na pena de Fernão Mendes Pinto tornam-se credíveis com os recentes progressos historiográficos conseguidos a partir da publicação de fontes chinesas. Os relatos de Fernão Mendes Pinto são agora confirmáveis e confirmados por fontes chinesas. Quanto aos “vidros”, possivelmente eram os prismas que na época de Mateo Ricci¹⁴ ainda eram um objecto de estimação que fascinava os Chineses. (Jonathan D. Spence, 1998: 49) Sobre os tecidos: os Chineses, que desde há muito tempo tinham a seda, apreciavam outros géneros de tecido, daí a sua inclusão no presente imperial.

Foram muitas as tentativas de encontrar os motivos pelos quais a embaixada de Tomé Pires resultou num fracasso. Fernão Mendes Pinto relata-nos a sua versão no capítulo 90, nos seguintes termos:

*«Aqui jaz Tranocém Mudeliar, tio de el-rei de Malaca,
a quem a morte levou antes que Deus o vingasse do capitão*

¹⁴ Padre Matteo Ricci (Macerata, 6 de Outubro de 1552 - Pequim, 11 de Maio de 1610) foi um sacerdote jesuíta, missionário, cientista, geógrafo e cartógrafo renascentista italiano. É conhecido pela sua actividade missionária na China da dinastia Ming. Ele é considerado o fundador das modernas missões católicas na China, contribuindo assim de modo fulcral para a introdução do catolicismo na China.

Albuquerque, leão dos roubos do mar.

Espantados nós todos de ver este letreiro, perguntámos que coisa era aquela, a que um chim que parecia mais honrado que os outros que estavam presentes, respondeu:

– Esse homem que aí jaz enterrado veio aqui há quarenta anos como embaixador de um rei que se dizia de Malaca, a pedir socorro ao filho do Sol contra uma gente de terra sem nome, que do cabo do mundo viera por mar e lhe tomara Malaca, com outras de medos incríveis que estão escritas num livro impresso que disse se fez.» (Fernão Mendes Pinto, 1995, vol. I: 279)

De acordo com estes relatos, pode-se concluir que o rei de Malaca, protegido do imperador da China, pede-lhe que não receba os portugueses, por estes lhe terem conquistado Malaca. O embaixador de Malaca aconselhou o imperador da China que não se iludisse acerca dos novos intrusos: o que eles pretendiam era conhecer bem a situação do país, com o intuito de conquistar parte dele. Assim sabemos que o principal motivo do reenvio da embaixada de Tomé Pires para Cantão se ficou a dever a uma questão de segurança nacional.

Também não se pode negar que estes atritos e acontecimentos têm um fundo de conflitos culturais e civilizacionais. Deste ponto de vista, o fracasso da embaixada de Tomé Pires era inevitável também por significar um maior desastre para a China imperial. Nos anos seguintes, a China fechou completamente a sua porta ao mundo durante uma década, o que prejudicou as suas relações político-diplomáticas e comerciais com os seus tradicionais tributários. A relação da política isolacionista, é relatada por Fernão Mendes Pinto, na Peregrinação, no capítulo 94:

«E por isto que este primeiro rei disse quando lançou esta pedra, fizeram depois os seus descendentes um estatuto em que se manda sob gravíssimas penas que nenhuma

gente estrangeira entre no reino, senão só embaixadores e cativos, pelo qual, quando os tomam é forçado degredarem-nos de uns lugares para outros, como nos fizeram aos nove que éramos.» (Fernão Mendes Pinto, 1995, vol. I: 292)

Pelo relato de Fernão Mendes Pinto, sabemos que antes disso, um decreto imperial ordenara a expulsão de todos os forasteiros, proibira o comércio com eles e fechara o porto de Cantão à navegação estrangeira. Esta política isolacionista veio a influenciar toda a política externa chinesa nos anos seguintes, provocando um atraso que foi cruelmente demonstrado pelas guerras do ópio¹⁵.

Nesta ocasião, os portugueses não se desencorajaram e continuaram a frequentar os mares da China no exercício da sua atividade comercial, legal ou clandestina. Neste caso, os portugueses tentavam encontrar uma saída que não compromettesse ninguém, muito especialmente as autoridades provinciais chinesas. Portanto, houve um intenso tráfico clandestino com a colaboração velada das autoridades subalternas chinesas, também elas empenhadas nesse lucrativo negócio. A respeito disso, também surge na *Peregrinação*:

«Nesta nos detivemos cinco dias porque nela quis o nosso chifu¹⁶ celebrar as exéquias da morte da sua mulher, pela alma da qual nos deu ali a todos de comer e vestir, e nos libertou do castigo do remo, e nos deu liberdade para sairmos em terra quando quiséssemos, sem colares nem algemas, o que para nós foi muito grande alívio.» (Fernão

¹⁵ Guerras do Ópio foram conflitos armados ocorridos entre a Grã-Bretanha e a China nos anos de 1839-1842 e 1856-1860. Com o fim das guerras napoleônicas, as atividades comerciais europeias voltaram-se para o Extremo Oriente, traduzindo-se numa pressão constante sobre a China, que mantinha fortes restrições sobre o comércio estrangeiro. Mas a China não mostrava interesse nos produtos europeus, o que acarretava défices ao comércio britânico. Apenas um produto, em particular, parecia despertar o interesse dos chineses: o ópio, uma substância entorpecente, altamente viciante. Portanto, os comerciantes britânicos traficavam-no ilegalmente para a China e muitas vezes forçavam os cidadãos a consumir as drogas, provocando dependência química, auferindo grandes lucros e aumentando o volume do comércio em geral.

¹⁶ Chifu é o título de prefeito da China.

Mendes Pinto, 1995, vol. I: 303)

De acordo com os relatos de Fernão Mendes Pinto, fica bem claro que as coisas pareciam suavizar-se entre chineses e portugueses. Todos beneficiavam com o comércio português, legal ou clandestino. Nessa época, os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral chinês, bem como em Liampó. Isto explica-se, na China, porque o poder central, à maneira feudal, exercia-se nas províncias através de governadores ou mandarins que se haviam como reis absolutos.

Nos anos seguintes, por volta de 1550, as relações comerciais luso-chinesas experimentam alguns progressos. Quanto às primeiras relações luso-chinesas, em certo sentido, desenvolveram-se no tradicional e bem chinês molde do sistema tributário. A respeito do sistema tributário, no capítulo 111, também se refere:

«Daqui fomos por uma rua toda de arco até chegarmos a um cais a que chamavam Hicharió Topileu, onde havia grande soma de embarcações de peregrinos de diversos reinos, que continuamente concorrem a este templo, por jubileu pleníssimo que el-rei da China e os chaéns do governo lhes têm concedido, e juntamente privilégios de muita franquia por toda a terra, e comer de graça em muita abundância.» (Fernão Mendes Pinto, 1995, vol. I: 356)

Já que mencionámos o sistema tributário, vejamos um pouco da sua história. A partir do século III a.C., o Império do Meio estendeu a sua influência à Coreia, Mongólia, Vietnã e Ásia Central, e inaugurou a famosa "rota da seda". Foi neste período que o império chinês concebeu o seu sistema tributário de relacionamento com povos vizinhos que aceitassem manter sua autonomia em troca do reconhecimento da superioridade da civilização chinesa. Um modelo de relacionamento que se transformou numa "rotina milenar", dentro do mundo sinocêntrico, até meados do século XIX.

Na área religiosa, desde o século XVI, os missonários estiveram presentes no Império do Meio, tiveram um papel importante no relacionamento permanente com a China, sobretudo através de Macau. Com a chegada ao entreposto de Macau, começaram logo a estudar a língua e os costumes locais e estabeleceram importantes contatos com a nobreza e a intelectualidade. Muitas vezes, os missionários trabalham como tradutores, pintores e arquitectos.

No caso da China, os missionários católicos, nomeadamente os jesuítas, conseguiram estabelecer-se em várias cidades chinesas e converteram muitos chineses. Quanto à missão jesuíta da China, foi também referida na obra *Peregrinação* nos seguintes termos:

«...nos disse que se chamava Inês de Leiria, e que seu pai se chamara Tomé Pires, o qual deste reino fora como embaixador de el-rei da China, e que por um alevantamento que um nosso capitão fizera em Cantão, houveram os chins que ele era espia e não embaixador como ele dizia, e o prenderam com outros doze homens que trazia consigo, e depois que por justiça lhes deram muitos açoites e tratos, de que logo morreram cinco, aos outros desterraram, apartados uns dos outros para diversos lugares. E que o seu pai lhe coubera em sorte ser seu degredo para aquela terra onde se casara com sua mãe, e a fizera cristã, e sempre em vinte e sete anos que ali estivera casado com ela, viveram ambos muito catolicamente, convertendo muitos gentios à fé de Cristo, de que ainda naquela cidade havia mais de trezentos que ali em sua casa se juntavam sempre aos domingos a fazer a doutrina.»
(Fernão Mendes Pinto, 1995, vol. I: 285)

Não é difícil verificar que Tomé Pires, nos anos seguintes, contribuiu para a divulgação do catolicismo e fez a sua esposa cristã, convertendo muita gente à fé de

Cristo. Em certo sentido, pode-se dizer que Tomé Pires desempenhou um papel de missionário, divulgando a sua civilização e a sua religião. Nessa altura, além de Tomé Pires, também se estabeleceram na China alguns missionários portugueses, jesuítas, entre os quais se salientou Leonel de Sousa¹⁷, que obteve autorização para que os portugueses se pudessem estabelecer em Cantão e em Macau. Macau foi depois entregue aos portugueses como recompensa do auxílio por eles prestado aos chineses contra a pirataria marítima no período de 1557 a 1564.

Com efeito, a influência portuguesa realizou-se diretamente sobre os intelectuais chineses nas relações pessoais destes com os missionários, e através do desenvolvimento científico ou artístico. Sobretudo em Macau, essa influência marcou-se de modo geral na vida diária de um grande número de chineses que tinham contacto com os portugueses. A acção dos missionários portugueses na China, representa já então uma interessante combinação dos mundos culturais do Ocidente e do Oriente. Desde então, as relações luso-chinesas, em muitos aspectos, estiveram indissoluvelmente combinadas.

Se olharmos para a *Peregrinação*, é necessário salientar o seu valor para o estudo das relações luso-chinesas. O testemunho da experiência oriental deixado por Fernão Mendes Pinto constitui a melhor imagem do conhecimento dos portugueses acerca da China no século XVI. A *Peregrinação* tem constituído um vasto campo para análises históricas, reflectindo de forma directa a experiência de um português que andou muito tempo em terras longínquas.

2.2.2. O *Tratado da China*, de Galiote Pereira

Como já foi referido, por meados do século XVI, a intensificação dos contatos

¹⁷ Leonel de Sousa foi um fidalgo que se notabilizou como segundo capitão-mor de Macau em 1558 (cargo equivalente ao de governador), após ter sido o responsável por um acordo com as autoridades locais de Cantão conhecido como o primeiro acordo Luso-Chinês de 1554, que permitiu a legalização das actividades comerciais portuguesas na China mediante o pagamento de impostos. Este acordo abriu uma nova era nas relações sino-portuguesas, uma vez que de 1522 a 1554 os portugueses estavam oficialmente impedidos de comerciar. Até aí, várias embaixadas tinham falhado e o comércio era realizado como contrabando e reprimido pelas autoridades, que combatiam os portugueses como piratas.

entre Portugal e a China teve importantes consequências culturais. Os portugueses começaram a recolher todo o tipo de informações acerca do Império do Meio, e apareceram obras de viagem, tratados e cartas sobre a China. Fernão Mendes Pinto não foi o único autor quinhentista a relatar a China, pois o mesmo fez Galiote Pereira.

Do ponto de vista estilístico, se Fernão Mendes Pinto dá frequentemente um tom emocionado à sua prosa, o tratado de Galiote Pereira é mais narrativo e digno de crédito, como se diz no prólogo do livro:

«Algumas cousas sabidas da China por portugueses que estiveram lá cativos, e tudo na verdade, que se tirou dum tratado que fez Galiote Pereira, homem fidalgo que lá esteve cativo alguns anos, e viu tudo isto passar-se na verdade, o qual é de muito crédito.» (Galiote Pereira, 1989: 15)

Há que considerar que o *Tratado da China* é uma obra de grande valor, não só porque nos dá informações vastas de uma cultura num espaço e num tempo determinados, mas também porque nos ajuda a entender costumes e mentalidades diferentes deste país remoto. A sua novidade consiste na visão de conjunto sobre todos os aspectos da vida na China. Ao longo da sua obra, Galiote Pereira regista a sua visão dos chineses, elogia numerosos aspetos da realidade civilizacional chinesa, espalhando ideias positivas do Oriente.

No que diz respeito ao autor, Galiote Pereira foi um soldado, mercador, viajante português do século XVI. Ele passou vários anos na província de Fuquiém¹⁸ e Guangxi¹⁹ na China, onde iniciou o seu tratado, realizando interessantes relatos das suas vivências chinesas. Depois, o *Tratado da China* foi enviado pelos Jesuítas do Colégio de Goa para a Europa e logo traduzido para italiano (1563) e para inglês (1577). O relatório de Galiote Pereira procede a uma observação detalhada que reflecte muitos aspectos da geografia e da sociedade na Dinastia Ming.

¹⁸ Fuquiém, também chamada Fujian, é uma província localizada na região sudeste da China.

¹⁹ Guangxi é uma província localizada na região sul da China, perto da província de Cantão.

Assim, podemos considerar que o *Tratado da China* tem constituído um documento precioso para analisar as relações luso-chinesas no século XVI. Galiote Pereira está particularmente atento aos contrastes entre Portugal e a China, como se observa nos relatos sobre a vida quotidiana dos chineses, a administração local, a organização económica, os recursos humanos e materiais. A sua obra apresenta-se como uma enciclopédia dos conhecimentos portugueses acerca do Império do Meio. Portanto, sem dúvida, o *Tratado da China* é um importante documento histórico para estudar as relações luso-chinesas. Leia-se o seguinte exemplo:

«Éramos por esta cidade do Fucheu²⁰ tirados muitas vezes fora do tronco para nos levarem a casa dos grandes, para nos verem eles e suas mulheres, por ainda não terem visto Portugueses, e para saberem de nós e de nossas terras e costumes muitas coisas, que tudo escreviam, por serem em extremo curiosos de novidade; fazem estas grandes honras aos estrangeiros, e assim os recebíamos deles.»
(Galiote Pereira, 1989: 34)

De acordo com as palavras de Galiote Pereira, pode-se verificar que, as relações luso-chinesas intensificaram o interesse mútuo. Os chineses mostraram-se interessados em conhecer a civilização ocidental e a feição do povo português. Se o olhar de Galiote Pereira descreve o Oriente como um lugar exótico, igualmente, para os orientais, o Ocidente nunca deixou de ser um mundo misterioso.

Durante os anos na China, Galiote Pereira passeava e visitava, observava e concluía, registava e escrevia. Como já vimos, o autor teve um papel importante na divulgação de informações detalhadas sobre os dois povos. Assim, fica bem claro que a transmissão das suas informações foi uma acção útil e necessária.

É curioso notar que Galiote Pereira, tendo desenvolvido a sua atividade missionária no Extremo Oriente, no *Tratado* escreve assim:

²⁰ Fucheu, também chamada Fuzhou, é a capital da província de Fujian (Fuquiém), na China.

«Parecia-lhes tão bem o nosso rezar que éramos no tronco importunados de muitos, que lhes escrevêssemos cousa do Céu, o que nós vendo, satisfazíamos seu apetite com algumas razões que lhes sabíamos mal dar. Quando estão em suas idolatrias, se estão rindo eles mesmos de si. E dizíamos que vindo esta terra em algum tempo a estar corrente connosco, era com pouco trabalho toda convertida... tudo o mais é de maneira que com uma boa língua em muito pouco tempo se poderia fazer muito fruto; mas havia de fazer como já se disse, sendo a terra corrente connosco.» (Galiote Pereira, 1989: 25)

Já vimos que Galiote Pereira pregava a religião aos chineses e convertia a gente à fé de Cristo. Em certo sentido, na época, as identidades dos visitantes portugueses no Extremo Oriente eram complexas: por um lado, eles trabalhavam pela expansão do seu comércio e recolhiam todo o tipo de informações do Império do Meio; por outro lado, eles executavam as actividades evangelizadoras, divulgando a sua civilização e a sua religião. Pois, foram os portugueses na China que mais de uma vez serviram de intermediários entre o Oriente e o Ocidente.

Quanto às relações luso-chinesas no século XVI, como já foi dito, um decreto imperial ordena a expulsão de todos os forasteiros, proíbe o comércio com eles e fecha o porto de Cantão à navegação estrangeira. Com efeito, as relações oficiais luso-chinesas entraram num período de estagnação, marcado apenas pelo comércio ilegal que os mercadores portugueses continuaram a praticar em vários pontos do litoral chinês. Entre eles, alguns foram presos. No *Tratado*, regista-se como as autoridades mandarins trataram este assunto:

«Têm assim outra cousa muito de louvar, que em suas audiências são em extremo sofridos, sendo homens tamanhos em dignidade que sem mentira se pode dizer deles serem príncipes. E sendo estes que digo, e nós, pobres estrangeiros,

levados diante deles muitas vezes, lhes dizíamos o que queríamos, e que tudo o que escreviam eram mentiras e falsidades, nem nos pormos compostos diante deles segundo seu costume, e eles a tudo com tanta paciência e sofrimento que nos faziam espantar, pelo pouco que sabemos que sofrem qualquer ouvidor ou juiz entre nós, que tirada a vara de cada um deles, podem muito bem servir a cada um destes que digo, não falando no ser gentios, que claro está que não se pode pôr um cristão a servir um gentio. E quanto a serem gentios, não sei outra prova melhor para que louvar a sua justiça que ser-nos guardada a nossa, sendo cativos e estrangeiros. Porque em qualquer terra de cristãos que assim foram tomados uns homens como nós, não conhecidos, e que tiveram contra si qualquer parte, eu não sei que feito pudera ser o dos mártires, quando mais nesta terra, sendo como é de gentios, e tendo contra nós dois homens dos grandes desta terra, e tantos inimigos por sua causa deles, e sem língua, nem nós não na sabermos, e no cabo vemos prender estes grandes, depostos dos seus cargos e honras, e presos por amor de nós.»
(Galiote Pereira, 1989: 29)

Podemos observar que a situação dos portugueses na China melhorou. Nessa condição, os mandarins resolveram bem os problemas e os dois países não tiveram conflitos graves. Nos anos seguintes, por volta de 1550, as relações comerciais luso-chinesas experimentaram progressos, os portugueses foram autorizados pelos mandarins de Cantão a estabelecer uma feitoria no delta do rio das Pérolas. Isto também se encontra referido no *Tratado da China*:

«Como esta terra é tanto pelo sertão dentro, e há nela tantas e tão grandes cidades, e o mais perto porto do mar que tem é Cantão, onde vai este rio entrar é continuamente

uma estrada de paraus²¹ grandes e pequenos, carregados de sal e de peixe salgado e de pimenta.» (Galiote Pereira, 1989: 42)

Pela mão dos mercadores portugueses e através da porta de Cantão, os portugueses ganharam acesso ao rico mercado chinês, com o que, simultaneamente, os mandarins de Cantão muito beneficiaram, e não deixaram perder esta oportunidade de aumentar o volume do seu comércio externo. Com o desenvolvimento do comércio em Cantão, novas perspetivas de comércio se abriram, e os contatos entre Portugal e a China intensificaram-se.

Todavia, nos poucos anos seguintes, no final do século XVI e no início do século XVII, a dinastia Ming encontrava-se numa profunda crise. A corrupção da burocracia estatal, o crescimento do comércio ilegal com a consequente baixa das receitas fiscais, o luxo excessivo e a decadência foram marcas distintivas do período Ming tardio. Nessa ocasião, houve revoltas camponesas em diversas províncias e o aumento da pressão militar dos exércitos Manchus²² sobre as fronteiras do Império. A dinastia Ming foi ameaçada por uma crise crescente. Por fim, em 1644, a dinastia Ming foi substituída pela dinastia Manchu dos Qing. Que futuro espera as relações luso-chinesas?

²¹ Paraus é um tipo de nau pequena no Oriente.

²² Manchus são um grupo étnico que teve origem no nordeste da Manchúria. Conquistaram a dinastia Ming no século XVII e fundaram a dinastia Qing, que governou a China até 1911. Hoje, os manchus foram em grande parte assimilados pelos chineses han que os rodeavam, e a língua manchu encontra-se quase extinta. Formam uma das 56 nacionalidades oficialmente reconhecidas pela República Popular da China.

CAPÍTULO III

DECLÍNIO E QUEDA DO IMPÉRIO DO MEIO: A DINASTIA QING

(DE MEADOS DO SÉCULO XVII AO INÍCIO DO SÉCULO XX)

«Entra-se assim num novo período das relações luso-chinesas, o “período dos Tratados”, em que os dois países procuram acordar formalmente à luz do Direito Internacional, a questão do estatuto de Macau. Surgem os Tratados de Amizade e Comércio de 1887.» (João de Deus Ramos, 2013: 336)

3.1. Relações económicas e diplomáticas

A dinastia Qing, a última dinastia imperial da China, teve início em 1644 até 1912, foi precedida pela dinastia Ming e sucedida pela República da China. Nesta dinastia, as relações luso-chinesas passaram por duas fases. Na primeira, Macau funcionou como uma concessão do lucrativo tráfico entre Portugal, a China e outros países europeus. A segunda durou enquanto Macau se manteve oficialmente como colónia de Portugal.

3.1.1. O período Qing inicial: restrição dos contatos com o Ocidente e a política de reclusão

No período Qing inicial, os contatos políticos e comerciais com o Ocidente permaneceram restritos. Contudo, as relações económicas experimentam progressos. A partir de 1684, a dinastia Qing começou a permitir que os comerciantes estrangeiros circulassem nas províncias de Cantão, Fujian, Zhejiang, Jiangsu, embora sob a estrita supervisão das autoridades locais. (Sum, Lan, 2013: 226)



Figura 7 – Comércio em Cantão no século XVIII

(Proveniência: Gelber, Harry G. (2008). *O dragão e os diabos estrangeiros*, Editores S.A. p. 321)

Todavia, a actividade comercial foi efémera. Em 1757, por efeito da ameaça de tumultos e da pirataria, o imperador ordenou a proibição do comércio com os

estrangeiros, restringindo ao porto de Cantão a navegação estrangeira.

Esta política externa, chamada política de reclusão, conduziu ao isolamento, à ausência de contatos com o mundo exterior como uma política nacional. Esta política é típica do protecionismo local, constituindo um obstáculo para a comunicação intercultural. Pode-se dizer que essa política afectou o destino e o futuro da China, produzindo diversos efeitos. Veja-se o seguinte formulário:

Efeitos positivos	Efeitos negativos:
<ul style="list-style-type: none"> ● Combater e até certo ponto limitar o contrabando e a pirataria; ● A estabilidade das zonas costeiras desempenhou um papel positivo; ● Agressão de colonialistas ocidentais provocou uma autodefesa. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Contato estrangeiro impedido; ● Prejuízo sobre a cultura, a ciência e a absorção de tecnologia; ● A China isola-se do mundo, o que constituiu um sério obstáculo para o desenvolvimento das sementes do capitalismo. ● A China alheia-se do desenvolvimento do resto do mundo; ● Estagnação da economia e, em particular, do comércio externo.

Grafico 2 – Efeitos da política de reclusão

Fica bem claro aqui que a política de reclusão prejudicou o progresso das relações económicas e diplomáticas com o Ocidente. A aplicação a longo prazo desta política criou uma rejeição atávica das coisas estrangeiras, atrasou o desenvolvimento da China e isolou-a ideológica e economicamente do resto do mundo. (Ray Huang, 1993: 302)

Todavia, também não se pode negar que, durante um certo período, a política de reclusão manteve a estabilidade interna e, ao mesmo tempo, defendeu a integridade territorial. Por isso no século XVIII, o território chinês atingiu a sua maior extensão, quando além da China faziam parte do império a Manchúria, a Mongólia, a Mongólia

Interior, Xinjiang e o Tibete.

Assim, os contatos dos chineses com os ocidentais foram localizados no extremo sul, em Guangzhou, um porto relevante no cimo de um triângulo em que se situavam os dois empórios ocidentais, Hongkong e Macau, na província de Cantão. Esta circunstância anunciava o futuro próspero de Macau. Os portugueses em Macau aproveitavam estas oportunidades para concretizar negócios. Daí em diante, as relações luso-chinesas desenvolveram-se em torno de Macau.

3.1.2. O período Qing intermédio e as negociações em Macau

Como já foi dito, são dos anos 1550-1557 os primeiros contactos dos portugueses com Macau. Quando os portugueses ali aportaram, Macau era uma pequena aldeia de pescadores. Muito brevemente, o lugar habitado por um número reduzido de pescadores transformou-se numa povoação de mercadores.

Desde a sua fundação, Macau sempre ocupou um lugar deveras especial no seio das possessões asiáticas portuguesas. A cidade nasceu da iniciativa de mercadores e aventureiros, aproveitando as boas condições locais para o estabelecimento de um ponto de abrigo para a navegação portuguesa dos mares do sul da China.

Com a ascensão dos mercadores holandeses e mais tarde ingleses nos mares orientais, os comerciantes portugueses sediados em Macau tiveram de fazer vários ajustamentos nas suas rotas comerciais. Nos finais do século XVIII, os comerciantes de Macau começaram a participar no comércio de ópio entre Bengala e a China. Ali, os comerciantes portugueses comerciavam especiarias, algodão e ópio, trocado por seda chinesa, chá e porcelana.

Ao mesmo tempo, os holandeses e os ingleses começaram a formar pequenas mas abastadas comunidades em Macau. Macau surgiu como a residência obrigatória ou a paragem intermédia para todos os estrangeiros que participavam no comércio com a China através de Cantão.



Figura 8 – Principais riquezas de Macau

(Proveniência: <https://nenotavaicontra.wordpress.com/tag/livros-escolares>)

Com o tempo, Macau tornou-se no posto avançado da Europa na China. A cidade prosperou com este estatuto e isto refletiu-se também na sua paisagem urbanística: começaram a aparecer novos e por vezes requintados edifícios, construídos segundo estilos arquitectónicos de inspiração europeia, nomeadamente na Praia Grande. Estes edifícios incluíam as residências de ricos mercadores e da aristocracia europeia.

Pouco a pouco, Macau desenvolvia-se como um entreposto comercial, o elo de ligação entre Portugal e a China. Macau tornou-se um local muito peculiar, onde sopravam ventos de Leste e ventos de Oeste, com características muito próprias a nível económico-social, político e cultural. Macau servia de barómetro para uma comparação de diferenças culturais entre a China e o Ocidente e até constituía um tampão para atenuar potenciais conflitos.

3.1.3. A queda da dinastia Qing e a construção da soberania portuguesa em Macau

Em finais do século XVIII, a dinastia Qing começou a declinar em função da corrupção política crescente e das rebeliões que ocorreram em muitas regiões da China. Os fidalgos chineses, fumando ópio nos seus momentos de ociosidade,

perderam grande parte da sua capacidade de luta. (Lam Sun, 2013: 230) A conservadora China haveria de reconhecer, pouco a pouco, que a maior ameaça já não vinha das suas fronteiras terrestres, mas dos ocidentais, que com a Revolução Industrial se tinham tornado muito superiores à China a nível tecnológico e militar.

Neste período, as relações comerciais entre a China e o Reino Unido traduziam-se numa balança comercial desfavorável aos britânicos, o que acarretava défices ao comércio britânico. O Ocidente tornou-se mais poderoso e foi progressivamente demonstrando uma crescente insatisfação com esta situação. Com o objetivo de forçar a China a permitir o livre comércio para auferir grandes lucros e aumentar o volume do comércio em geral, a guerra parecia a solução.

A Grã-Bretanha moveu uma guerra contra a China que ficou conhecida como a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). A China perdeu a guerra e em 1842 foi forçada a assinar o Tratado de Nanjing com a Grã-Bretanha. A mesma Grã-Bretanha com a França e os Estados Unidos promoveram a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860) e obrigaram a China a assinar tratados desiguais altamente desfavoráveis em termos comerciais e com a perda de territórios. (Lam Sun, 2013: 239)



Figura 9 – Abertura dos portos através do Tratado de Nanquim

(Proveniência: Huang, Ray (1993) *Zhong guo da li shi*. Taibei: Sanlian. p. 63 [A história da China])

No Tratado de Nanquim, a Grã-Bretanha forçava a abertura dos portos de

Guangzhou, Fuzhou, Ningbo e Xangai ao comércio livre, e tomava para si a cidade de Hong Kong. Estas cidades foram abertas aos britânicos, e mais tarde a todos os estrangeiros. Os navios de Macau foram autorizados a comerciar nos cinco portos chineses abertos ao comércio estrangeiro.

Mais tarde, no ano de 1887, através do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português, a China reconheceu oficialmente a soberania e a ocupação portuguesa sobre Macau. (João de Deus Ramos, 2013: 336)

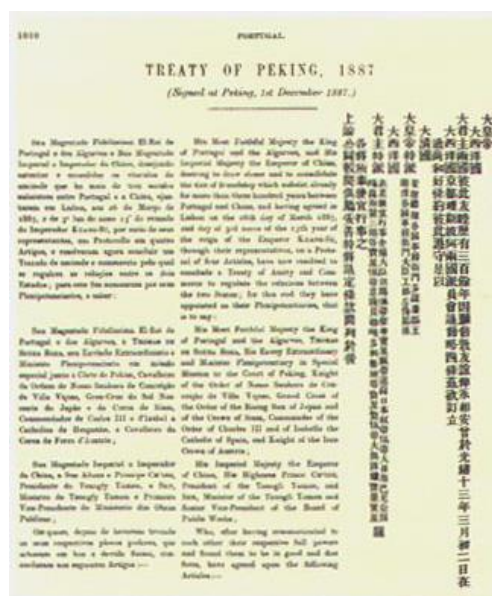


Figura 10 – Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português.

(Proveniência: Huang, Ray (1993) *Zhong guo da li shi*. Taibei: Sanlian. P. 71 [A história da China])

O Tratado luso-chinês de 1887 vinha dar outra tranquilidade às autoridades político-administrativas. Acabava com um período de instabilidade e de incertezas, ao definir uma plataforma de permanência e convivência mínimas.

Desde então, cada vez mais os portugueses se fixaram em Macau, e a cidade não parou de crescer. É importante salientar a comunidade macaense de Macau. Podemos definir os macaenses (ou “filhos da terra”) como sendo os descendentes euroasiáticos de famílias com linhagem portuguesa enraizadas em Macau. Além de antepassados

portugueses, quase todos os macaenses têm antepassados chineses e uma boa parte deles tem também como antepassados outros asiáticos, constituindo por isso a síntese e o produto visível do intercâmbio intercultural entre o Ocidente e o Oriente.

Em Macau, território sob administração portuguesa, várias culturas passaram a integrar seu universo. Assim, acreditamos que a cultura dos macaenses é muito rica e única no mundo porque resultou do intercâmbio e da coexistência de culturas orientais e ocidentais. Esta mistura de culturas revela-se em muitos aspetos: a língua, a gastronomia e a religião. Este valioso legado cultural é evidente em formas tanto tangíveis como intangíveis, e realça-se com extrema riqueza na área da história e da arte.

3.2. Literatura macaense em língua portuguesa

Macau é um lugar em que o Oriente e o Ocidente se encontraram e têm coexistido. Devido à sua história, muitos escritores e poetas portugueses viviam em Macau, temporária ou permanentemente. Eles legaram-nos uma série de obras preciosas sobre história e eventos acontecidos em Macau. São muitas as páginas que trazem até nós o pulsar de Macau, o viver e o sentir das suas gentes, mais parecendo peças de um *puzzle* que nos levam de volta à Macau antiga.

Estes autores que nos deixaram a sua visão e descrição de Macau, nos seus mais variados aspectos, permitem-nos reconstituir a história e descobrir Macau. Através desta literatura histórica sobre pessoas, eventos e costumes, podemos perceber os sentimentos experimentados pelos escritores portugueses.

Os escritores portugueses que escreveram sobre Macau, de acordo com as suas histórias pessoais, os seus antecedentes históricos ou o seu tempo de permanência em Macau, podem ser divididos em duas categorias:

1. Os escritores portugueses que viveram em Macau por um longo tempo, profundamente influenciados pela cultura oriental, de que são exemplo Barbosa du Bocage (1765-1805), Camilo Pessanha (1867-1926), Carlos José Caldeira

(1811-1882), Francisco Maria Bordalo (1821-1861), Adolfo Loureiro (1836-1911), Álvaro de Melo Machado (1883-1970), Ferreira de Castro (1898-1974), Conde Arnoso (1855-1911), Manuel da Silva Mendes (1867-1931), Eílio de San Bruno (1871-1954) e António Patrício (1878-1930).

2. O grupo étnico macaense dos descendentes euroasiáticos de famílias com linhagem portuguesa enraizadas em Macau, nomeadamente Henrique Senna Fernandes (1923-2010), Luís Gonzaga Gomes (1907-1976), Deolinda da Conceição (1913-1957), José dos Santos Ferreira (1919-1993), Leonel da Silva Barros (1924-2011) e José Silveira Machado (1918-2007).

A literatura macaense em língua portuguesa tem uma forte cor local e reflete uma influência significativa da cultura chinesa. Tudo é fruto do intercâmbio intercultural entre chineses e português e da integração que cultiva as diversidades, que originaram a singularidade da literatura de Macau, tanto em chinês como em português.

Com o passar do tempo, a literatura macaense atraiu cada vez mais a atenção do mundo literário, quer pelo seu interesse histórico, quer pelo próprio encanto da sua beleza e exotismo. A literatura macaense reflete a longa convivência do Oriente e do Ocidente, assumindo-se como um legado cultural de valor universal excepcional.

3.2.1. Uma observação fina de poeta: Barbosa du Bocage

No século XVIII, em resultado da política de reclusão, os contatos com o Ocidente permaneceram restritos e raros escritores portugueses viveram em Macau. Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805) foi o único escritor representativo que nos legou versos alusivos a Macau no século XVIII.

O poeta português Barbosa du Bocage insere-se num período de transição do estilo clássico para o estilo romântico. A sua poesia satírica denuncia problemas sociais e constitui, por esse facto, um importante testemunho da sociedade de Macau nos finais do século XVIII.

Logo no início da sua vida, apenas com dezassete anos, assentou praça como voluntário e depois foi admitido na Escola da Marinha Real, onde fez estudos regulares para guarda-marinha. Bocage passou sete anos em Lisboa a estudar ciência e a compor versos. O poeta admirava muito Camões. E uma vez que o grande épico tinha ido ao Oriente, Bocage decidiu partir para lá. Desde 1786, ele passou pelas Índias, pela China e propriamente por Macau, mais pelo amor de aventura do que pelo respeito das suas obrigações profissionais.

Os usos exóticos e o sentimento da saudade serviram-lhe de inspiração. Durante a sua curta estadia em Macau de 1789 a 1790, Barbosa du Bocage deixou-nos alguns poemas que relatam as cenas de Macau no século XVIII. De acordo com o poema seguinte, acreditamos que o poeta já teria embarcado para a China:

*«Por bárbaros sertões semi vagante,
Até aos mares da longínqua China,
Fui por bravos tufões arrebatado.»*

(António Manuel Couto Viana, 1998: 130)

Confessava então que habitava no remoto Cantão. E acrescentava sobre a sua estada na China:

*«A vasta, a fértil China,
Fofa de imaginária antiguidade,
Pelo seu próprio pingue seio
Te viu com lasso pé vagar mendigo.»*

(António Manuel Couto Viana, 1998: 131)

Estes versos revelam-nos as suas aventuras chinesas. O poeta passou primeiramente por Cantão, donde veio para Macau. Apesar da sua permanência ter sido muito breve, Barbosa du Bocage escreveu, não sem ironia, os versos bem reveladores da realidade social macaense.

O historiador Monsenhor Manuel Teixeira²³ no seu livro *Macau no século XVIII*,

²³ Monsenhor Manuel Teixeira (1912-2003) foi um famoso historiador português de Macau e um

também valoriza os poemas de Barbosa du Bocage: «Por aqui se vê o fino espírito de observação de Bocage que, estando menos de um ano em Macau, viu mais do que muitos em toda a sua vida.» (Manuel Teixeira, 1984: 53)

Assim, vejamos um irónico soneto, *Um Governo sem mando*, em que nos dá uma visão da situação de fragilidade que se vivia em Macau:

*Um Governo sem mando, um bispo tal,
de freiras virtuosas um covil,
três conventos de frades, cinco mil,
Nh 's e chins cristãos, que obram mal;
Uma Sé que hoje existe tal e qual,
catorze prebendados sem ceitel,
muita pobreza, muita mulher vil,
cem portugueses, tudo em um curral;
seis fortes, cem soldados, um tambor,
três freguesias cujo ornato é pau,
um vigário geral sem promotor,
dois colégios, um deles muito mau
Um Senado que a tudo é superior,
é quanto Portugal tem em Macau.*

(António Manuel Couto Viana, 1998: 132)

Afirma António Feliciano de Castilho²⁴ (1800-1875) que o soneto atingiu o cume na literatura portuguesa com Bocage. Sem dúvida, este soneto é um dos mais representantes da poesia satírica que retrata a situação social de Macau nos finais do século XVIII.

sacerdote católico. Viveu grande parte da sua vida em Macau e contribuiu bastante nas áreas da missionação, da educação e do estudo da história. Deixou uma grande quantidade de informações valiosas sobre a história daquela terra e, em particular, da Diocese de Macau. O seu trabalho e empenho foram reconhecidos pelas sociedades de Portugal e de Macau.

²⁴ António Feliciano de Castilho (1800-1875) foi um conhecido escritor romântico português, polemista e pedagogo, inventor do Método Castilho de leitura. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Foi um dos representantes e defensores do ultra-romantismo.

“Um governo sem mando” implica que nessa altura o governador não tinha poder ou mando civil. Para entender melhor esta situação, é necessário remontar na história de Macau. O cargo de governador de Macau foi criada em 1623, e era dado a um oficial do Império Português para a protecção e gestão executiva de Macau. Era nomeado pelo Chefe de Estado de Portugal.

Antes da criação do título de Governador, Macau era administrado e governado directamente pelo “Leal Senado”, a primeira câmara municipal de Macau e o símbolo da autoridade local da cidade. Mas, após a chegada do Governador em 1623, o Leal Senado continuou a ter um papel fundamental na administração de Macau. Todavia, nessa altura, Macau ainda foi dominado pelas autoridades chinesas de Cantão. Na verdade, o Governador de Macau não tinha mando civil.

No ano de 1887, através do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português, a China reconheceu oficialmente a soberania e a ocupação portuguesa sobre Macau. Assim, o Governador passou a ser a autoridade máxima de Macau.

“De freiras virtuosas um covil”. Refere-se às clarissas do Mosteiro de Santa Clara. A palavra “covil” deve referir-se à clausura rigorosa dessas virtuosas freiras. São elas as únicas elogiadas pelo poeta e bem o mereciam, pois o seu fervor era extraordinário.

“Três conventos de frades” indicam a igreja de São Francisco, a igreja de Santo Agostinho e a igreja de São Domingos. Podemos observar que no século XVIII já existia em Macau uma comunidade cristã de número considerável. Estes missionários chegaram em massa a Macau a partir do século XVI, tornando este pequeno mas, naquela altura, único estabelecimento comercial europeu na China um ponto de partida e formação de missionários no Extremo Oriente.

E ao mesmo tempo, os missionários construíram várias igrejas em Macau, tornando-as bases de apoio à missionação e às celebrações religiosas. Fazendo isso, estas igrejas tinham a função de servir a população católica e convertida da cidade.

“Muita pobreza, muita mulher vil”. Nessa altura, a guarnição de Macau

compunha-se somente de indigentes e mendigos. Os cristãos em Macau estavam reduzidos à indigência e à miséria. Em resultado da pobreza, havia muita mulher vil. Por isso, o bispo fundou o Recolhimento de Santa Maria Madalena, no qual mandou recolher crianças e mulheres.

“Três freguesias, cujo ornato é pau”. Eram a Sé Catedral, a igreja de São Lourenço e a igreja de Santo António. As igrejas paroquiais eram pobres e sem valor artístico. No século XVIII, com a ascensão dos mercadores holandeses e ingleses nos mares orientais, os comerciantes portugueses sediados em Macau tiveram de fazer vários ajustamentos nas suas rotas comerciais, começaram a participar no comércio com os outros países asiáticos. Portando, a construção em Macau abrandou. (Manuel Teixeira, 1984: 54)

“Um Senado que a tudo é superior”. Como já foi referido, no século XVIII, o Leal Senado ainda mantinha um papel fundamental na administração de Macau. Nessa altura, quem mandava em Macau era o Senado, pois o governador era apenas comandante militar, ainda não detinha a autoridade máxima de Macau.

Em suma, não é difícil concluir que neste soneto o poeta exprime o seu desencanto por Macau, reflete sobre a frágil situação de Macau. Através deste soneto, por um lado, percebe-se que o poeta era crítico da sociedade de Macau, por outro lado, compreendemos a verdadeira situação dos portugueses em Macau no século XVIII.

3.2.2. O amor entre diferentes nacionalidades: *A trança feiticeira*

Henrique de Senna Fernandes²⁵ pertence ao grupo étnico macaense. Henrique de Senna Fernandes foi um ilustre escritor e advogado macaense. No campo da escrita, retratou Macau no início do século XX. Frequentemente, os temas centrais da sua obra literária são a mulher e o amor, envolvem as relações entre as três comunidades

²⁵ Henrique de Senna Fernandes (Macau, 15 de Outubro de 1923 - Macau, 4 de outubro de 2010) foi um ilustre escritor e advogado macaense. Filho de uma das mais antigas e ilustres famílias de luso-descendentes de Macau, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Além de ter escrito vários livros, Henrique de Senna Fernandes foi também um grande colaborador de vários jornais e revistas locais, tais como *A Voz de Macau*, *Notícias de Macau*, *O Clarim*, *Gazeta Macaense*, *Mosaico* (publicado pelo Círculo Cultural de Macau) e a *Revista de Cultura*.

de Macau: a chinesa, a portuguesa e a macaense.

Publicou quatro livros: *Nam Van: Contos de Macau*, *Amor e Dedinhos de Pé*, *A Trança Feiticeira*, e *Mong-Há: Contos de Macau*. *A Trança Feiticeira* e *Amor e Dedinhos de Pé* foram adaptados ao cinema.

Com a edição da obra completa de Henrique de Senna Fernandes, o Instituto Cultural pretendeu dar a conhecer ao público de Macau e a todos os falantes da língua portuguesa a peculiar história desta pequena península no Delta do Rio das Pérolas e das suas gentes, através da escrita deste “filho da terra”.

No *Jornal Tribuna de Macau* (JTM), Fátima Almeida comentou o valor das obras de Henrique de Senna Fernandes: «Uma homenagem ao homen que deixou um legado cultural e um testemunho de Macau. Procurou palavras como pessoas. Descreveu-as com a mestria e a dor implícitas à condição humana, no espaço que a rodeia ou a cerca, sem desistir. Acabava por ser uma aventura completa, mesmo que as obras, tal como os seres, nem sempre pudessem ter o último capítulo, a encerrar a história.» (Fátima Almeida, (28) Set. 2012)

A trança feiticeira, o mais ilustre romance escrito pelo macaense Henrique de Senna Fernandes, foi publicado em 1986. O filme realizado a partir do livro é o primeiro a refletir a cultura local em Macau e até o primeiro verdadeiro filme sobre Macau.

O filme *A Trança Feiticeira* foi muito apreciado na China continental, em Macau e em Portugal. Além disso, o filme ganhou o Prémio Especial Honra de 1998 Philadelphia International Film Festival²⁶.

O ex-Presidente da República português Jorge Sampaio, depois de assistir ao filme, disse: «O filme não tem apenas belas imagens, o tema também é muito bom, refletindo as duas culturas do Oriente e do Ocidente a viver em harmonia.»

²⁶ O Philadelphia Film Festival é um festival de cinema fundado pelo Philadelphia Film Society e é realizado em Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos. É um dos mais importantes festivais de cinema no mundo.

O romance conta a comovente história do amor entre um macaense, Adozindo, e uma aguadeira chinesa, A-Leng, que aconteceu em Macau no início do século XX, mostrando as diferentes raças, culturas e ideias e as contradições, colisões e fusões que daqui resultam.

O romance gira em torno da intolerância provocada pelo amor entre um jovem rico de origem portuguesa e uma rapariga chinesa com poucos recursos financeiros. Os dois protagonistas desafiam as convenções de uma cidade que na altura era muito conservadora, e conseguem compor uma família. O casamento do macaense Adozindo e da chinesa A-Leng reflete a convivência do Oriente e do Ocidente, representando uma ponte que liga as duas comunidades chinesa e portuguesa.

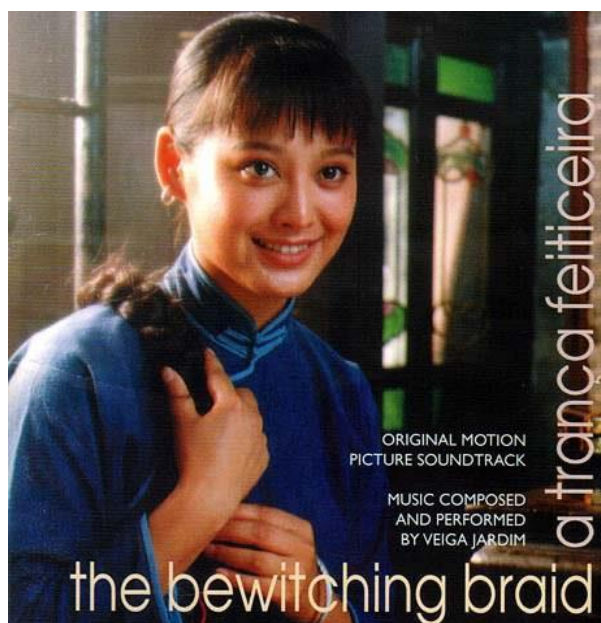


Figura 11 – Cartaz do filme *A trança feiticeira*

(Proveniência: Botas, João. *Trança Feiticeira: o livro e o filme*. Macau: Notícia de Macau Antigo, (29) Dez. 2009)

O romance transmite-nos a ideia de que sempre que o amor aparece, tudo vence. A paixão juvenil de dois amantes desafia tradições e preconceitos entre duas culturas que se estranham nessa altura. O romance envolve-nos numa narrativa poética e delicada, uma bela história de amor e de superação. Vejamos a vida amorosa de Adozindo e A-Leng, tal como nos é mostrada no prólogo:

«Esta não é uma trança qualquer, é uma trança feiticeira. Chamariz de desejos, sedutora, convida-nos a acariciá-la, a afundar as nossas mãos nela. Tem o dom de prender e, depois, já não podemos fugir...» (Henrique de Senna Fernandes, 1996, p. 1)

A partir da altura em que os portugueses se estabeleceram em Macau, os símbolos e muitos sítios de estilo ocidental deram um encanto próprio à cidade. O romance enumera alguns desses sítios que marcavam a vida dos macaenses nessa altura. Por exemplo:

«Ladeou o Jardim de S. Francisco, onde crianças chilreantes, acompanhadas das criadas, corriam nas áleas dos canteiros, e aproximou-se da muralha que o separava do mar. A baía da Praia Grande, desde o fortim de S. Francisco até a curva do Bom Parto, coalhava-se de juncos, na poalha do sol. Encaminhou-se na sombra recolhida das árvores de pagode, cujos murmúrios eram um fundo musical para a cantilena da maré enchente, espumando nos granitos da Praia Grande.» (Henrique de Senna Fernandes, 1996: 7)



Figura 12 – O Jardim de S. Francisco (por volta de 1890)

(Proveniência: João Botas, *O fim da Banda Municipal*. Macau: Notícia de Macau Antigo, (14)

Dez. 2012)

O Jardim de S. Francisco é o primeiro de Macau e tem uma história longa. O nome veio do Convento de S. Francisco, que foi estabelecido pelos franciscanos castelhanos. O jardim tinha um bar que era onde a alta sociedade da terra se reunia para conversar ou passear, com vista para o mar. Mais tarde, o governo fez alterações. O Clube Militar foi ali estabelecido, mediante obras em que foi aplicada arquitectura colonial portuguesa.

O jardim faz parte da cultura de Macau. Os pavimentos de calçada, os muros com rebocos decorativos e os elementos náuticos expressam a influência portuguesa no Jardim de S. Francisco. No entanto, é na apropriação do espaço, na ambiência e nos rituais quotidianos que completam os jardins de Macau que a cultura oriental se manifesta grandemente. Esta ambiguidade tão singular faz do Jardim de São Francisco um local de convivência e partilha destas duas culturas.

Ainda por cima, o romance conta a história que aconteceu em redor do Largo do Lilau. Esta área corresponde a um dos primeiros bairros residenciais portugueses em Macau com um estilo tipicamente mediterrânico. Macau nasceu e desenvolveu-se ao redor do Largo do Lilau. Como primeira porta de acesso do ocidente à China, ele foi um importante ponto da rede de contatos entre a China e o resto do mundo. Ele tornou-se tão popular que entrou no folclore e ainda hoje os velhos repetem:

Quem bebe água do Lilau,

Não mais esquece Macau,

Ou casa cá em Macau,

Ou então volta a Macau.

O Largo do Lilau é uma autêntica fatia de Portugal no coração de Macau. O romance *A trança feiticeira*, através da descrição do Largo do Lilau, manifesta sinceramente as condições locais e os costumes nessa altura em Macau.

É também notável que na área do Cheok Chai Un, em Macau, vejamos que:

«Respirou fundo a brisa matinal, a Estrada da Victória era uma recta dourada e não viu nenhum riquechó. Não se sentiu contrariado, cortou o Jardim de Vasco da Gama, ladeando os chafarizes, onde os fios de água prateada saltitavam, como garotos irrequietos. Para encurtar caminho, dobrou a primeira esquina, internando-se na área do Cheok Chai Un.» (Fernandes, Henrique de Senna, 1996: 19)

O Cheok Chai Un também é conhecido por zona da Horta da Mitra. No século XVI, Macau era ainda pouco povoada e no intuito de se fomentar o seu desenvolvimento populacional, foi permitido a um grupo de imigrantes chineses estabelecer-se ali. Como esta zona estava sempre coberta de pássaros, os chineses deram ao local o nome de Cheok Chai Un, que quer dizer Jardim dos Passarinhos. Este minúsculo núcleo inicial foi-se transformando à medida que a comunidade chinesa se ia ampliando com pessoas que trabalhavam nas casas de chá, aguadeiros e operários das fábricas de seda, panchões e outras.

«Sem pronunciar palavra, Adozindo seguiu caminho, enxofrado de despeito. Era a primeira vez que uma mulher se atrevia a desdenhá-lo. Em vez de enlanguescer-se perante a sua beleza irresistível, a rapariga ousava sujar-lhe os sapatos lustrosos e as calças, sem se desculpar. E era uma aguadeira ou lavadeira, de categoria abaixo duma criada de servir. A desfaçatez! Ali estava um exemplo da decantada mal-criação da gente do Cheok Chai Un. Nunca mais poria os pés ali.» (Fernandes, Henrique de Senna, 1996: 51)

As últimas duas frases sugerem que *Cheok Chai Un* era uma zona que se isolava das outras comunidades. Este isolamento provavelmente explica um forte contraste entre o Oriente e o Ocidente. Nessa altura, na cidade de Macau, tangível ou intangível,

existia um muro intransponível entre os dois mundos.

Todavia, como já foi dito, o amor vence tudo. A paixão de Adozindo incitava-o a desafiar os preconceitos e tradições. Portanto, o jovem decidiu regressar à zona proibida.

«O regresso fez-se já noite e, no caminho da casa e cheirando a peixe, tomou a súbita decisão de atravessar o Cheok Chai Un.

Parou, para observar melhor. Nem lhe faiscou na mente que estava no Cheok Chai Un, num bairro de má fama, onde se penetrava apressadamente para cortar caminho e nunca para visitar e ficar. Nem que o seu procedimento podia afrontar, por incorrecto e insultuoso. Achava até natural o exame àquele conjunto de mulheres descalças, como a um cenário exótico.

– O que está a olhar? Nunca viu mulher nenhuma?

– Admirava o seu cabelo.

Respondeu, num chinês de sotaque, mas perfeitamente compreensível.

Era um espanto que falasse a língua. Mas dominou-se e disse com aspereza:

– Já admirou bastante. Toca a andar...» (Henrique de Senna Fernandes, 1996: 53)

Segundo o diálogo, podemos ver que o jovem Adozinho superou obstáculos e dificuldades, expressou o seu amor por A-Leng, e logo eles se apaixonaram. Mas infelizmente, os dois amantes sofreram muito tormento e intolerância da sociedade. No fim de romance, com o nascimento de um bebé, um mestiço luso-chinês, os protagonistas obtiveram a bênção geral, Adozinho casou com A-Ling e viveram em

felicidade até ao fim de suas vidas. Assim, a história tem um final feliz.

O romance reflecte o conflito entre as duas comunidades no território através do amor de dois amantes, que representam dois mundos culturais opostos. Portugueses e chineses coexistem e influenciam-se uns aos outros e ao mesmo tempo permanecem estranhos uns aos outros. No romance, Henrique de Senna Fernandes destaca a relação entre as duas comunidades. O desenvolvimento das atitudes, primeiro opostas e depois harmoniosas, representa os progressos feitos nas relações luso-chinesas.

Henrique de Senna Fernandes descreve Macau no início do século XX através de personagens macaenses. Os sítios simbólicos que se referem neste romance, tais como o Jardim de S. Francisco, o Cheok Chai Un e o Largo do Lilau, exprimem a história e a cultura de Macau. A trança feiticeira reflecte a longa convivência do Oriente e do Ocidente. Os macaenses representam uma ponte entre as comunidades chinesa e portuguesa.

CAPÍTULO IV

AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA ENTRAM NUMA NOVA ERA

(DE 1949 ATÉ HOJE)

«É nossa vontade e interesse que ambas as comunidades mantenham esta dinâmica aglutinadora e integradora, assim como desejamos que as relações entre os nossos dois países sejam cada vez mais próximas e benéficas para todos... em prosperidade, saúde e boa fortuna para o povo chinês, para a comunidade portuguesa em Macau e para a comunidade chinesa em Portugal.»

Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho

4.1. As relações luso-chinesas desde o século XX

Tanto quanto sabemos, nos finais do século XIX, tendo o governo Qing assinado tratados comerciais altamente desfavoráveis e perdido algum território, a China vivia um período doloroso. Com a queda da Dinastia Qing em 1912, a sociedade à procura da sua identidade moderna, outro período se abre na história deste país milenário e as relações luso-chinesas entram uma nova era.

4.1.1. O estabelecimento de relações diplomáticas

Desde o século XX, na China surgiu uma série de movimentos nacionalistas pela restauração dos direitos da soberania chinesa e desejosa de modernização e fortalecimento. Em 1912, a vitória dos nacionalistas chineses conduziu à proclamação da nova República. O fundador da nova República, o Dr. Sun Yat-Sen, declarou que o seu objectivo fundamental era ganhar para a China os direitos de um estado civilizado e alcançar para esta uma posição de respeito perante a comunidade internacional.

Porém, por causa de problemas internos e de uma invasão estrangeira, sobretudo a Segunda Guerra Sino-Japonesa²⁷, o governo da nova República esteve em apuros. Em face da situação difícil, o governo era fraco e incompetente, e efetivamente os povos chineses continuaram a ter uma vida muito difícil. Entretanto, um grupo marxista, invocando os interesses dos povos, passou à acção política em vários pontos da China. Logo a seguir, o Partido Comunista chinês foi fundado em 1921. Em 1949, o governo da nova República foi substituído pela República Popular da China (RPC).

Depois da fundação da RPC, no campo das relações internacionais da China, o

²⁷ A Segunda Guerra Sino-Japonesa foi travada de 1937 a 1945 entre a China e o Japão, antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar dos conflitos permanentes entre as duas nações existirem desde 1931, chamados de “incidentes”, a guerra em larga escala começou em julho de 1937 e só terminou com a rendição incondicional do Império Japonês aos Aliados em setembro de 1945. O motivo principal dos incidentes foi a intenção de anexação de territórios chineses pelo Império Japonês, que iniciava uma nova fase de colonialismo baseado no militarismo. A China, apesar de seu imenso território e população, passava por um período de franca decadência, iniciada ainda no século XIX, passando pelo fim da monarquia e por uma guerra civil entre o governo republicano capitalista e a frente comunista liderada por Mao Tse-tung. Este cenário foi perfeito para as intenções japonesas de anexação da Manchúria e da península da Coreia.

governo dedicou-se à retoma do objectivo político da revogação de todos os tratados injustos impostos pelas potências ocidentais e procurou estabelecer relações diplomáticas com os outros países. Em seguida, a RPC estabeleceu sucessivamente relações diplomáticas com 171 países e mantém embaixadas em 162 deles. Assim, a China recebeu reconhecimento diplomático em todo o mundo.

Quanto às relações luso-chinesas, após a Segunda Guerra Mundial, como Portugal manteve a política salazarista, foram suspensas as relações entre os dois países. Seria necessário aguardar pela Revolução dos Cravos para que surgissem novas oportunidades de dinamizar o relacionamento. Portugal iniciou conversações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Em 25 de Abril de 1974 é que se criaram efetivamente as condições para reatar o diálogo luso-chinês.

A China apelou para o estabelecimento de negociações que permitissem uma transferência harmoniosa. Logo a seguir, em 1978, Portugal e a RPC iniciaram essas conversações que levaram ao estabelecimento de relações diplomáticas e a um primeiro entendimento sobre o futuro de Macau. (Lam Sun, 2013: 338-341)

A assinatura do Comunicado Conjunto sobre o reatamento de relações diplomáticas em 8 de fevereiro de 1979, entre Portugal e a China, permitiu a normalização gradual das relações diplomáticas. Ao mesmo tempo que os dois governos conversavam sobre a questão de Macau e encetavam o longo processo de restabelecimento de relações com a China, acordavam as linhas gerais que presidiriam ao processo de transferência de poderes em Macau.

Nas relações luso-chinesas, a China baseia-se declaradamente nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica: não-interferência nos assuntos de outros países, não-agressão, convivência pacífica, igualdade e benefícios mútuos. A política externa da China também é impulsionada pelo conceito de "harmonia sem uniformidade", que incentiva as relações diplomáticas entre Portugal e a China, apesar de diferenças ideológicas.

4.1.2. A solução da questão de Macau e o seu presente

Após o reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a China em 1979, um entendimento bilateral foi definitivamente alcançado com a assinatura em Pequim, em 13 de Abril de 1987, da «Declaração conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a questão de Macau».

O governo da República Portuguesa e o governo da RPC acordaram numa solução apropriada da questão de Macau legada pelo passado, resultante de negociações entre os dois governos. A solução da questão de Macau seria benéfica ao desenvolvimento económico e a um fortalecimento das relações de amizade e de cooperação entre os dois países. Para este efeito, os dois governos declararam que a região de Macau faz parte do território chinês e que o Governo da RPC voltará a assumir o exercício da soberania sobre Macau a partir de 20 de Dezembro de 1999.²⁸

O Governo da China declara que, em conformidade com o princípio “um país, dois sistemas”, no campo político, a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) ficará directamente subordinada ao Governo Popular Central da RPC e gozará de um alto grau de autonomia, excepto nas relações externas e na defesa, que são da Competência do Governo Popular Central. Os nacionais portugueses e de outros países poderão ser nomeados ou contratados para desempenhar certas funções públicas na RAEM.

No campo económico, os actuais sistemas social e económico em Macau permanecerão inalterados, bem como a respetiva maneira de viver. Macau manter-se-á como porto franco para desenvolver as suas atividades económicas e poderá estabelecer relações económicas de benefício mútuo com Portugal e outros países. Serão devidamente tidos em consideração os interesses económicos de Portugal e de outros países em Macau. Aliás, os interesses dos habitantes de ascendência portuguesa em Macau serão protegidos em conformidade com a lei.²⁹

²⁸ Fonte: Lei Básica da Região Administrativa Especial.

²⁹ Fonte: Declaração Conjunto do Governo da República Portuguesa e do Governo da República

Com a cerimónia oficial da transferência da soberania de Macau para a China no dia 20 de Dezembro de 1999, o nome oficial de Macau tornou-se “Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China”, marcando o fim do período colonial de Macau.

A partir dessa data, segundo à «Declaração conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a questão de Macau», Macau actua sob os princípios do Governo Popular Central da RPC de “um país, dois sistemas”, gozando de alto grau de autonomia, com poderes executivo, legislativo e judicial independentes e assumidos por habitantes locais. No plano político, as relações são consideradas excelentes e a transferência de Macau para a administração chinesa, em 1999, é vista como uma “história de sucesso” pelos governos dos dois países.

Hoje em dia, Macau é considerado uma cidade extremamente aberta e liberal, devido à sua longa história como porto franco. A economia de Macau é em grande parte baseada no sector terciário, comércio, serviços, turismo e jogos, contribuindo para 92,7% do PIB de Macau.

É importante ressaltar que o governo de Macau faz muito esforço para desenvolver o turismo e o jogo de fortuna e azar, incentivando o investimento estrangeiro e também a construção de novas facilidades turísticas. Como o turismo e os jogos de azar são os principais setores da economia de Macau, a cidade é chamada de "Las Vegas do Oriente". Em 2005, as receitas do jogo equivaleram pela primeira vez às de Las Vegas, tornando Macau no principal centro mundial da indústria do jogo de casinos.

Com respeito ao setor de turismo, em 2007, houve mais de 27 milhões de turistas que escolheram Macau como destino de viagem, sendo que 55,08% eram da China Continental, ajudando a desenvolver grandemente o setor de turismo de Macau. Com o desenvolvimento rápido da economia, Macau torna-se uma cidade altamente

desenvolvida, somente 2.9% da população activa está desempregada. Em 2014, Macau ultrapassou Suíça e tornou-se a quarta região com maior PIB per capita do mundo.

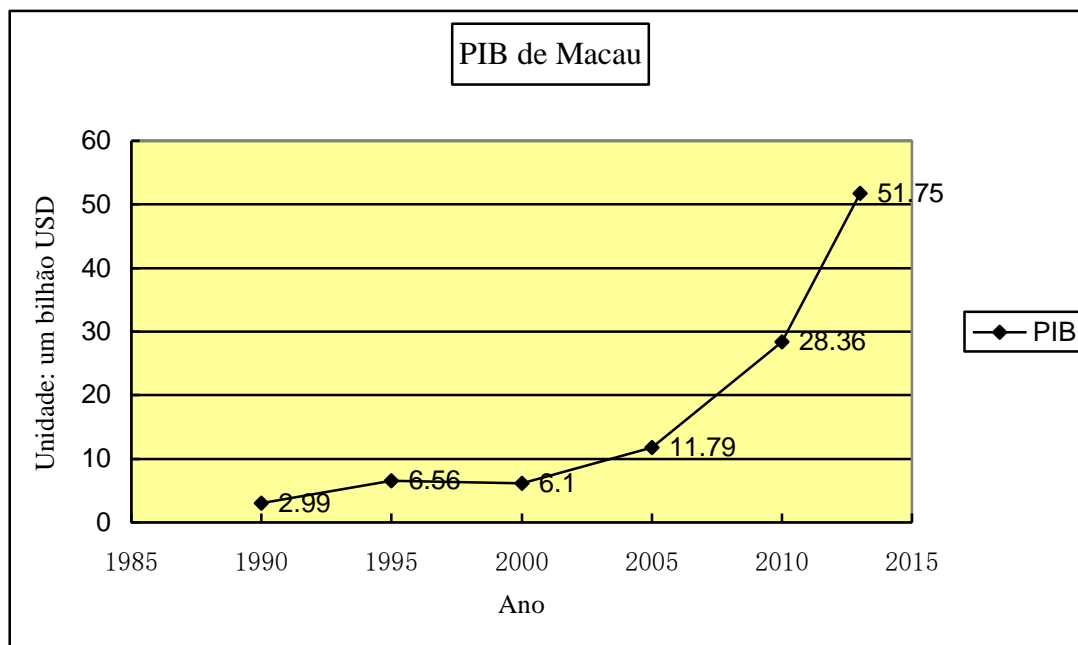


Gráfico 3 – PIB de Macau

(Fonte: World Bank Group, Bureau of statistics)

No campo da educação, Macau usa nas escolas o sistema educativo britânico, chinês ou português. As línguas chinesa e inglesa são dadas praticamente em todas as escolas locais. A língua portuguesa é deixada em segundo plano, com excepção da Escola Portuguesa de Macau, a Escola Primária Luso-Chinesa da Flora e a Escola Secundária Luso-Chinesa de Luis Gonzaga Gomes que são, atualmente, as únicas escolas de Macau a oferecer currículos semelhantes aos de Portugal e um ensino em língua portuguesa aos alunos do 1.º ano ao 12.º ano de escolaridade.

Aliás, no campo da história cultural, o governo de Macau também pôs esforço e recursos para reparar e promover o Centro Histórico de Macau³⁰. O Centro Histórico

³⁰ No dia 15 de julho de 2005, o Centro Histórico de Macau entrou na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO e designado como o 31.º sítio do Patrimônio Mundial da China. A partir daquele momento, o conjunto arquitectónico e histórico passou a chamar-se Centro Histórico de Macau. O património histórico de Macau é produto único de mais de 400 anos de intercâmbio cultural entre o Mundo ocidental e a civilização chinesa. O Centro Histórico de Macau inclui: o Templo de A-Má, o Quartel dos Mouros, a Casa do Mandarim, a Igreja de São Lourenço, a Igreja e Seminário de São José, o Teatro

de Macau é o conjunto arquitetónico histórico que engloba o mais antigo legado europeu existente na atualidade em solo chinês, constituindo um testemunho de pluralismo cultural e retratando uma simbiose única de tradições arquitetónicas ocidentais e orientais. Tudo isto é fruto de uma longa conexão histórica, beneficiando a cidade, dotando-a de um espólio patrimonial e cultural de extrema riqueza.



Figura 13- A paisagem de Macau

(Proveniência: <http://www.lvmama.com/lyyou/guide/2013-1113-175918.html>)

O Centro Histórico de Macau, predominantemente de raiz portuguesa, ergue-se por entre construções de arquitectura tradicional chinesa no povoado histórico, evidenciando um notório contraste, sendo este património uma atracção turística de grande importância para Macau. Consequentemente, Macau é caracterizado como um ponto de encontro, de coexistência harmoniosa e de intercâmbio multicultural. Esta característica própria de Macau constitui uma das suas especificidades mais importantes.

Dom Pedro V, a Biblioteca Sir Robert Ho Tung, a Igreja de Santo Agostinho, o Leal Senado, o Templo de Sam Kai Vui Kun, a Santa Casa da Misericórdia, a Igreja da Sé, a Casa de Lou Kau, a Igreja de São Domingos, as Ruínas de São Paulo, o Templo de Na Tcha, o Troço das Antigas Muralhas de Defesa, a Fortaleza do Monte, a Igreja de Santo António, a Casa Garden, o Cemitério Protestante, a Fortaleza da Guia, o Largo da Barra, o Largo do Lilau, o Largo de Santo Agostinho, o Largo do Senado, o Largo da Sé, o Largo de São Domingos, o Largo da Companhia de Jesus e o Largo de Camões.

Este encontro harmonioso multicultural é revelado também nas festividades de Macau, tais como: o Ano Novo Lunar Chinês, o Natal e a Páscoa. Aliás, a gastronomia de Macau também é uma mistura de culturas. Algumas delícias são influenciadas pelas tradições culinárias portuguesas. Bacalhau, rissole e galinha assada são algumas das comidas macaenses populares.

Ao falar da cultura de Macau, podemos dizer que os macaenses são uma das maiores heranças deixadas pela multissecular administração portuguesa de Macau. Os macaenses têm a sua própria cultura e maneira de viver, influenciados pelo português, pelo cantonês e pelo malaio, devido ao longo e histórico convívio, coexistência e intercâmbio entre as culturas ocidental e oriental. Exemplo disso é o poema “*Filhos de Macau*” (Leonel Alves, 1983: 53) de Leonel Alves³¹, onde encontramos a referência a uma identidade mista:

*Cabelos que se tornam sempre escuros
Olhos chineses e nariz ariano
Costas orientais, peito lusitano,
Braços e pernas finos mas seguros.
Mentalidade mista. Tem dextreza
no manejo de objectos não pensados.
Tem gosto por Pop songs mas ouve fados;
Coração chinês e alma portuguesa
casa com a chinesa por instinto
Vive de arroz e come bacalhau,
Bebe café, não chá, e vinho tinto.
É muito bondoso quando não é mau
Por interesse escolhe o seu recinto
Eis o autêntico filho de Macau.*

Como vemos, nesta poesia, encontramos o orgulho dos macaenses. Certamente,

³¹ Leonel Alves (1921-1982) é um poeta de Macau. A sua poesia encontra-se reunida no livro *Por Caminhos Solitários*, publicado em Macau no ano de 1983. Leonel Alves é uma figura muito importante na tradição da sinologia popular portuguesa.

hoje os macaenses ilustram-se em muitas áreas, quer na área política, quer na área de entretenimento, tais como: José Maria Pereira Coutinho³², Jorge Alberto da Conceição Hagedorn Rangel³³ e Michele Monique Reis³⁴.

4.1.3. Um novo capítulo nas relações entre os dois países

Nos últimos anos, o relacionamento entre Portugal e a China intensificou-se, relevou-se a cooperação económica bilateral e a comunicação cultural. Quanto às relações económicas bilaterais, Portugal e China estão ligados por um acordo de "parceria estratégica global", assinado em dezembro de 2005. Conforme o acordo, Portugal e a China criarão condições favoráveis para a realização de investimentos e aumentarão a prosperidade em ambos os Estados. Tal como disse o embaixador Jorge Torres Pereira de Portugal: *«A nossa relação com a China é tão importante e economicamente relevante que há necessidade de manter este ritmo de contactos.»*³⁵

A China foi um dos principais investidores em Portugal nos últimos anos, particularmente no sector da energia, onde já investiu mais de 3.000 milhões de euros. Em dezembro de 2011, a Hidroelétrica das Três Gargantas³⁶ ganhou um concurso internacional para a compra de 21,35 por cento do capital da EDP, tornando-se o maior accionista da elétrica portuguesa. A cooperação entre Portugal e a China ajuda a EDP a encontrar novas fontes de financiamento e inicia uma cooperação à escala mundial, incluindo a Europa, a América Latina e a China.

Como se sabe, os vinhos portugueses gozam de boa reputação internacional. Nos últimos anos, as exportações portuguesas de vinho não param de aumentar, o que

³² José Maria Pereira Coutinho (1957-), actual presidente da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau, conselheiro em Macau do Conselho das Comunidades Portuguesas e deputado à Assembleia Legislativa de Macau eleito por sufrágio directo.

³³ Jorge Alberto da Conceição Hagedorn Rangel (1943-), professor, ex-deputado à Assembleia Legislativa de Macau (1976-1980), membro da Comissão de Redacção da Lei Básica, ex-Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e Juventude (1991-1999) e actual presidente da Direcção do Instituto Internacional de Macau.

³⁴ Michele Monique Reis (1970-) (em chinês: Jiaxin Li) mestiça luso-chinesa, actriz, Miss Hong Kong e Miss Chinese International do ano de 1988.

³⁵ Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa

³⁶ A Hidroelétrica das Três Gargantas (proprietário: Governo da República Popular da China) é a maior usina hidroelétrica do mundo em energia gerada, com 98,8 milhões de megawatts em 2014.

demonstra a potencialidade do sector do vinho para as exportações portuguesas. Nos últimos quatro anos, as exportações de vinhos portugueses para a China aumentaram. Em 2013, cerca de 70 empresas portuguesas vinícolas e alimentares participaram numa grande feira internacional do setor em Xangai, que confirma o crescente interesse das empresas de Portugal pelo mercado da China.

Também é necessário ressaltar que os dois países puseram um olhar conjunto para as oportunidades dos mercados dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Ao longo de toda a última década, a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa entrou num novo ciclo. Para satisfazer a procura crescente de tradutores e intérpretes, na China há quinze universidades a criar uma disciplina de língua portuguesa. Assim, cada vez mais chineses aprendem a língua portuguesa para buscar as oportunidades de emprego. Em certo sentido, a língua portuguesa oferece aos chineses uma nova oportunidade e, simultaneamente, os chineses promovem a língua e a cultura portuguesas.

**Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa
entre Janeiro e Setembro de 2014**

Unidade: 10 mil USD						
País	Trocas Comerciais	Exportações da China	Importações da China	Variação homóloga (%) (comparação com as trocas comerciais entre Janeiro e Setembro de 2013)		
				Total	Exportação	Importação
Portugal	361,330.55	233,267.13	128,063.42	24.93	27.07	21.21
Brasil	6,823,772.12	2,569,803.79	4,253,968.34	1.38	-2.58	3.94
Angola	2,826,210.15	388,354.60	2,437,855.55	4.31	39.45	0.28
Moçambique	232,913.23	123,109.45	109,803.79	95.27	39.03	257.28
Cabo Verde	4,033.37	4,033.09	0.28	-3.93	-3.94	-3.12
Guiné-Bissau	6,060.97	1,096.24	4,964.73	200.04	45.80	291.50
Timor-Leste	4,132.43	4,125.76	6.66	33.57	37.06	-82.45

Gráfico 4 – Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa entre Janeiro e Setembro de 2014

(Fonte de Informação: Estatísticas dos Serviços da Alfândega da China)

4.2. Vento oriental: a sinologia em Portugal

Os portugueses foram os primeiros visitantes da China na Idade Moderna, e ao mesmo tempo iniciaram os primórdios da sinologia moderna. Destacam-se os textos de carácter descritivo, tal como o *Tratado da China*, de Galiote Pereira, e a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Foi através de alguns portugueses que a Europa conheceu o remoto Império do Meio.

O século XXI tem assistido a um renascimento das atividades sinológicas. Vale a pena ressaltar a instalação do Instituto Confúcio³⁷ em Portugal. A missão do Instituto Confúcio é o ensino da língua chinesa, a divulgação da cultura e da história da China e o fortalecimento do intercâmbio cultural e académico entre Portugal e a China. O Instituto Confúcio oferece também cursos em português sobre a cultura chinesa, para empresas interessadas em conhecer o ambiente cultural, político e económico para realização de negócios na China.

Em abril de 2015, foi realizada a abertura do Instituto Confúcio na Universidade de Aveiro, seguido pelos da Universidade do Minho e do Instituto Universitário de Lisboa, tornando-se o terceiro instituto fundado em Portugal. O instituto também organiza eventos dirigidos aos entusiastas e curiosos da cultura chinesa. Estes intercâmbios culturais promoverão tanto a compreensão e a amizade entre os povos dos dois países, quanto os contatos políticos e económicos bilaterais.

³⁷ O Instituto Confúcio é um instituto não lucrativo cujo objetivo é promover a língua e a cultura da China e dar apoio ao ensino da língua chinesa em todo o mundo através dos Institutos Confúcio associados. A sua sede encontra-se em Pequim. O nome do instituto é uma homenagem ao maior pensador chinês de todos os tempos: Confúcio. Na maioria dos institutos, o director é nomeado pela universidade parceira local. Em 2014, havia mais de 480 Institutos Confúcio em dezenas de países dos seis continentes.

4.2.1. *China vista por um sinólogo português* de Luís Cabral³⁸

No que respeita à sinologia em Portugal, vale a pena salientar um sinólogo português, Luís Cabral. Os seus conhecimentos da China permitiram-lhe estudar bem a história, a arte, a filosofia e as poesias obscuras chinesas.

China vista por um sinólogo português é um livro delicado e interessante, narrando os pensamentos e os sentimentos do autor sobre muitos aspetos da China, da natureza à sociedade. É preciso salientar que Luís Cabral escolheu vinte e quatro caracteres chineses para escrever vinte e quatro ensaios sobre a China. Este livro contém ideias interessantes sobre a natureza humana, a interpretação da filosofia chinesa e a perceção intercultural, promovendo assim um novo olhar sobre a cultura chinesa. Para usar das palavras de Joël Bellassen³⁹:

«O livro segue, ao fio da pena... ou do pincel, textos orientados por referências emblemáticas da cultura chinesa, os seus caracteres, do “caminho” à “confiança”, do “chá” à “comida”, do “céu” ao “álcool”, ou ainda do “amor” à “amizade”. Há nestas páginas um convite à viagem, viagem à China, e viagem a si mesmo.» (Luís Cabral, 2014: 3)

No livro, encontramos a sua interpretação da filosofia chinesa, que é muito viva e concreta. O autor transmite a sabedoria chinesa aos ocidentais, como é o caso da filosofia “*Dao*”(道)⁴⁰:

³⁸ Luís Cabral, nascido em 1950 na cidade do Porto, é licenciado em literatura portuguesa e Mestre em Filosofia pela Universidade Católica. Estudou língua chinesa na Universidade de Tianjin, recebeu formação pedagógica para o Ensino de Chinês Língua Estrangeira na Universidade de Línguas e Culturas de Pequim e na Universidade de Nankai. É atualmente Secretário Executivo do Instituto Confúcio na Universidade do Minho e docente das disciplinas “Filosofias Orientais” e “Gramática de Chinês” do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. (Luís Cabral, 2014: 1)

³⁹ Joël Bellassen (1950-), sinólogo francês, é atualmente professor do Instituto Nacional de Línguas e Civilizações Orientais de Paris e inspetor Nacional de Ensino de Chinês em França.

⁴⁰ Dao, também chamado daoísmo e taoísmo, é uma tradição filosófica e religiosa originária da China que enfatiza a vida em harmonia. No Dao, o termo designa a fonte, a dinâmica e a força motriz por trás de tudo o que existe.

«Como traduzir Dao, o central conceito filosófico que deu origem à designação dessa tão interessante corrente do pensamento chinês que conhecemos por taoísmo? Podia ter escolhido outra palavra para o título mas.. são todas tão insuficientes! Por outro lado, Dao também é utilizado no chinês moderno, entre muitas outras circunstâncias, como “caminho”, ou seja, passeio.

O carater Dao, na sua visualização, tem que ver com “liderança”, ou algo que “segue em frente”, com dois elementos, sendo que um, o radical, significa movimento, distanciamento... o Dao é, em certa medida, associal, e, sobretudo, eminentemente cósmico.» (Luís Cabral, 2014: 29)

No estudo da sinologia, *Dao* é uma filosofia muito obscura e abstrata. O autor concretiza esta filosofia na palavra “caminho”, ou melhor, no caminho da natureza. Assim, pensado como o processo pelo qual cada coisa se torna o que ela é, ou seja, um princípio que sustenta confiavelmente o funcionamento do universo.

Além do estudo da filosofia, o autor também é hábil a estudar os significados dos caracteres chineses, nos seus significados literais e implícitos. E ao mesmo tempo, em comparação com as palavras portuguesas, encontra equivalente entre as duas línguas distintas. Cita como exemplo a palavra “saudades”:

«Nostalgia e melancolia não são o mesmo. O popular poeta Libai ⁴¹ escreveu inúmeras poesias nostálgicas, algumas recitadas de memória por qualquer chinês minimamente instruído. Nostalgia poderá ser uma dor suave mas não corrosiva nem de muito difícil convivência.

⁴¹ Libai (701-762) foi um poeta chinês, considerado o maior poeta romântico da Dinastia Tang. Em seus poemas, ele tentou evitar o uso de palavras obscuras e referências históricas. A sua habilidade para criar o extraordinário fora do padrão era um dom incomum entre seus contemporâneos e foi provavelmente a razão pela qual ele foi considerado o “imortal da poesia”.

Há na língua portuguesa uma palavra, quase intraduzível para quaisquer outros falares, incluindo o chinês: saudade. Mas “chou”⁴² estará lá perto. Na inesgotável poesia da escrita chinesa, o carácter para melancolia, “chou”, não carrega muito as cores escuras do conceito. Apresenta-nos cereal em fogo, escrevendo por baixo um coração. Que lindo!» (Luís Cabral, 2014: 102)

Podemos ver que o autor penetra a fundo em ambas as línguas, e a palavra “saudade” tem uma nova interpretação em chinês, que ajudará os alunos chineses a entender melhor a língua portuguesa e os portugueses a conhecer mais cultura chinesa.

Quando se fala da cultura chinesa, não se pode esquecer a cultura do chá. No livro, o autor escreve também um ensaio sobre a arte do chá:

«Em português, “chá” lê-se quase como em mandarim, o som não difere em quase nada. Foram os portugueses os primeiros a divulgar esta preciosa bebida no Ocidente. Mas foram seguramente os portugueses que levaram o costume de beber chá para Inglaterra, o célebre “chá das cinco”, ao lanche.

No meu trabalho do dia-a-dia, também não me afasto da beleza do chá: temos muitos alunos chineses e portugueses, a aprenderem a “Arte do Chá”, ficando habilitados a transmitir esta antiga sabedoria através dos seus belíssimos rituais: chá da Dinastia Han, chá Oolong, chá inspirado por uma peça de ópera chinesa antiga, chá... sei lá, já estou perdido entre tantos delicados aromas oferecidos por tão lindas alunas vestidas com tão lindos

⁴² Chou é o carater chinês para “melancolia”.

trajes tradicionais.» (Luís Cabral, 2014: 45)

O livro de Luís Cabral ensina-nos que os primeiros portugueses desempenharam um importante papel na divulgação da cultura do chá. E ainda hoje em Portugal, quer no Instituto Confúcio, quer nos eventos do Fórum Internacional de Sinologia, há chineses e portugueses que aprendem a arte do chá. Assim, pode-se dizer que mesmo o chá oferece uma ocasião de promover a compreensão e a amizade entre os povos dos dois países.

Além do estudo da sinologia, o autor também regista a vida quotidiana chinesa. Através da sua observação cuidadosa, habilita os portugueses a compreender melhor os chineses. Tomemos como exemplo a sua observação numa universidade chinesa:

«Certo dia, numa universidade chinesa, olhava eu os meus queridos alunos a estudar afincadamente. Olhava-os algo filosoficamente, alheado, cheio de afeto, e perguntei-me: para quê?

A resposta mais imediata é relativamente simples e incompleta. Qualquer coisa como: estudam português para se licenciarem com uma boa classificação e depois irem para Portugal, para a minha universidade, completarem os estudos com um mestrado e, alguns, doutoramento. Trabalho não faltará. Em Portugal, em qualquer país lusófono, não esquecendo Macau, e designadamente enquanto professores na China, onde o ensino de português cresce exponencialmente. Subitamente, senti-me grato e, para surpresa deles, disse-lhos. Duplamente grato: por se dedicarem ao estudo da minha língua materna e por me darem a oportunidade de os ajudar.» (Luís Cabral, 2014: 77)

Como podemos verificar, com o crescimento da cooperação económica entre a

China e os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), cada vez mais alunos chineses aprendem a língua portuguesa. O autor tem contribuído para divulgar as duas línguas e culturas.

Também é preciso referir que o próprio autor interpreta o amor entre diferentes nacionalidades: um português e uma chinesa. Eles são dois estudiosos que andam de uma língua para outra, Luís Cabral, do português para o chinês, e a sua esposa, Sun Lam⁴³, do chinês para o português. Nos seus estudos de linguística, ajudam-se mutuamente. No livro, Luís Cabral escreve as frases para sua mulher:

«E sabiam que a nossa adorada rosa é também originária da China? Com toda a probabilidade por nós, portugueses, de lá trazida para o deleite do mundo ocidental. Muitas outras flores de lá provêm, mas, não duvido, a mais fascinante de todas foi a minha mulher.»
(Luís Cabral, 2014: 133)

Como vemos, o autor vive em ambiente multicultural, numa coexistência harmoniosa da cultura portuguesa e chinesa. Como o autor disse: *«Com alguém que vive, em certo sentido e até certo ponto, duas culturas. Se Portugal é o meu país, a China também o é um pouco.»* (Luís Cabral, 2014: 96)

Se a aprendizagem de outra cultura é uma aventura, a descoberta dessa cultura precisa de guias experientes, como o autor Luís Cabral e a sua mulher.

⁴³ Sun Lam, nascida em Pequim, obteve o grau de mestre na Universidade do Minho em 1991, e doutoramento pela Universidade do Minho em ensino da escrita chinesa. Atualmente, é diretora do Curso de Licenciatura em Línguas e Culturas Orientais e do Mestrado em Estudos Interculturais Português e Chinês. (Sun Lam, 2013: 439)

4.2.2 *Toda a China* de António Graça de Abreu⁴⁴

Lembramos que no século XVI, o livro maravilhoso de Fernão Mendes Pinto ofereceu aos ocidentais informações sobre o Império do Meio. Quatro séculos depois, um outro escritor português, António Graça de Abreu, concretizou em palavras a sua peregrinação pela atual China. O autor viajou pela China ao longo de trinta e seis anos, incluindo as 23 províncias, as 5 regiões autónomas, os 4 municípios centrais e as duas regiões administrativas especiais. Depois, escreveu o livro fascinante *Toda a China*.

No livro, o autor usa uma linguagem lúcida, clara e ao mesmo tempo correta, traz-nos o testemunho das suas múltiplas vivências pela China. O livro *Toda a China* contém dois volumes, faz referência à história, ao património cultural, às transformações sociais e políticas, e outrossim à vida quotidiana dos povos chineses. O livro também é notável por ser ilustrado com muitas fotografias do autor, que nos proporcionam prazer visual e um melhor entendimento da cultura chinesa.

É preciso salientar que António Graça de Abreu é um tradutor de alto nível artístico. «Traduziu para português o Pavilhão do Ocidente (1985), teatro clássico chinês, e os Poemas de Li Bai (1990), Prémio Nacional de Tradução 1991, Poemas de Bai Juyi (1991), Poemas de Wang Wei (1993), Poemas de Han Shan (2009) e o Tao Te Ching, de Lao Zi (2013).» (António Graça de Abreu, 2013, volume I: 1)

Ao longo do livro *Toda a China*, não raras vezes, o autor cita os poemas chineses e tradu-los para português. Pode-se dizer que a sua tradução segue os princípios da tradução chinesa: fidelidade, expressividade e elegância. Por exemplo, ele traduz os versos do poeta Wang Wei⁴⁵:

⁴⁴ António Graça de Abreu nasceu no Porto, em 1947. Licenciado em Filologia Germânica e Mestre em História, foi professor de Língua e Cultura Portuguesa em Pequim e tradutor nas Edições de Pequim em Línguas Estrangeiras, entre 1977 e 1981. Lecionou Sinologia na Universidade Nova de Lisboa, e atualmente na Universidade de Aveiro e no Museu do Oriente. É autor dos livros de poesia *China de Jade* (1997), *China de Seda* (2001), *Terra de Musgo e Alegria* (2005), *China de Lótus* (2006), *Cálice de Neblinas e Silêncios* (2008), *A Cor das Cerejeiras* (2010). (António Graça de Abreu, 2013: 1)

⁴⁵ Wang Wei (701-761) foi um poeta, pintor, calígrafo e estadista chinês da Dinastia Tang, Chanceler da China (o mais alto posto no governo imperial da China antiga após o imperador). Ele reafirma através da sua obra a beleza do mundo, simultaneamente questionando a sua realidade.

*«Na vastidão do deserto, elevam-se rolos de fumo,
na imensidão do rio, o sol desce como uma bola de fogo.»*

(António Graça de Abreu, 2013, volume II: 161)

(Em chinês:)

大漠孤烟直 ,
长河落日圆。

Vejamos, noutro exemplo, a sua tradução do poeta Han Shan⁴⁶:

*«Por sorte, hábito solitário entre penhascos,
no caminho dos pássaros, longe dos homens.
O que existe em redor do meu jardim?
Nuvens brancas abraçando rochas negras.
Hábito por aqui há tantos anos,
Quantas vezes o outono deu lugar à primavera?
Hoje, compreendo melhor: riquezas, honrarias,
o nome, a fama, tudo inútil e vazio.»*

(António Graça de Abreu, 2013, volume I: 303)

(Em chinês:)

重岩我卜居 ,
鸟道绝人迹。
庭际何所有 ,
白云抱幽石。
住兹凡几年 ,
屡见春冬易。
寄语钟鼎家 ,

⁴⁶ Han Shan (618-907) é um poeta chinês da Dinastia Tang.

虚名定无益。

Pode-se ver que o autor é um tradutor de alta capacidade, tenta manter o aspeto original do poema. E ao mesmo tempo o manejo da rima e do ritmo nos versos dá beleza e musicalidade ao poema. Fazendo isso, a sua tradução tem um encanto extraordinário.

Assim, sem exagero, pode-se dizer que António Graça de Abreu é um tradutor bem versado nas línguas e culturas chinesas e portuguesas, mas acima de tudo ele é um poeta moderno original. Neste livro, o autor também nos deixa versos com a sua impressão da China. Entre eles, destaco uma poesia que faz referência à *Peregrinação*:

*«Encontrou Mendes Pinto
No interior da China
(E em que apuros ele ia)
A velha portuguesa chamada Inês de Leiria
Que de repente rezava:
Padre nosso que estais no céu...
A velha mais não sabia,
Mas bastava»*

(António Graça de Abreu, 2013, volume I: 244)

Como já foi referido, no capítulo 91 da *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto referiu-se à missão católica da China. Após quatro séculos, um outro escritor português passou no interior da China, recordou Fernão Mendes Pinto, e depois escreveu um poema para comemorar o antecessor.

Aliás, no livro refere-se que, em dezembro de 1999, o autor foi convidado para a cerimónia de transferência da soberania de Macau. Depois, escreveu os versos seguintes:

«... Horas e horas caminhando por Macau,

*As ruas, os becos, os pátios, as calçadas,
Os casinos, as igrejas, o monte, um jardim.
Lótus em flor, um acaso de esperança verdejada.
Camões, Pessanha, Torga, Eugénio de Andrade,
Na cidade, com bambus, o espanto e o pranto.
Em meus olhos, as pedras, as gentes, a memória,
Pequim, Xangai, também a minha história,
Em Macau, a pena, o sonho, o abrigo.
A suave tristeza já embalando a saudade.
Ao entardecer, música, poemas, meninos a cantar,
Uma derradeira ceia nas margens escuras do rio.
Depois, numa imensa lanterna azul,
Soldados, governadores, ministros, presidentes,
Portugal e China, separados, lado a lado.
Os hinos ressoando pelas paredes da alma,
Duas bandeiras descendo, duas bandeiras subindo. ...»
(António Graça de Abreu, 2013, volume I: 299-300)*

O autor transformou o seu testemunho verdadeiro em palavras, como um filme na tela, ressurgindo a cena da cerimónia de transferência da soberania de Macau, além do mais, exprimindo o pensamento de um português. O seu texto, de um olhar objetivo, leva a gente a descobrir, a desvendar e a entender o mundo chinês, simultaneamente, mostrando-nos as relações luso-chinesas na nova era. Dou como exemplo a descrição do Pavilhão de Portugal na Expo Xangai 2010:

«Já o vasto espaço do pavilhão de Portugal dedicado ao aproveitamento hidroelétrico e às energias renováveis me parece exagerado. A China concluiu recentemente a construção da discutível e controversa maior barragem do mundo, a das Três Gargantas, no rio Yangtsé e, como acabei de comprovar nos últimos dias de agosto de 2010 porque atravessei de autocarro parte da região... Cada uma

dessas aerotorres, made in China, custa quinze vezes menos do que as que usamos em Portugal. Terá alguém tido a brilhantíssima ideia de vender na China torres eólicas made in Portugal? Ou será que vamos construir em Portugal torres eólicas com tecnologia e componentes chineses para depois as exportamos para os quatro cantos do mundo?» (António Graça de Abreu, 2013, volume I: 95)

Curiosamente, foi realizada a sua suposição. Atualmente, com o crescimento da cooperação económica bilateral, a China é um dos principais investidores em Portugal, particularmente no sector da energia, e a Hidroelétrica das Três Gargantas tornou-se o maior accionista da elétrica portuguesa. Os dois países ajudam-se mutuamente, através da cooperação económica, e alcançaram o benefício mútuo.

Aliás, com respeito ao texto da Pavilhão de Portugal, também refere a perspetiva do sector do vinho português no mercado chinês:

«Vendem-se bonitas T-shirts grafadas com 葡萄牙 , o nome de Portugal escrito em chinês e sobretudo garrafas de vinho português de qualidade mediana a preços exageradíssimos, entre o muito caro e exorbitante. O mercado chinês de vinhos tem sido desbravado de há uns trinta anos para cá por franceses, espanhóis, italianos, californianos, sul-africanos, chilenos, australianos e pelos próprios chineses, que já produzem grande variedade de vinhos de alguma qualidade. De Portugal será difícil descobrir vinho, mas não impossível. E os preços têm de ser justos, adequados às realidades do mercado chinês, que tem tendência a crescer. Mas será preciso começar a pensar que, talvez em breve, teremos de contar com os vinhos chineses a entrar no mercado vinícola internacional.

... A imagem de Portugal merecia mais cuidado, mais trabalho e conhecimento da China e do mundo chinês por parte de quem preparou esta nossa representação numa Exposição Mundial.» (António Graça de Abreu, 2013, volume I: 95-96)



Figura 14- Portugueses na Expo Xangai, 2010

(Proveniência: Abreu, António Graça (2013). *Toda a China* (Vol. I). Lisboa: Autor e Guerra e Paz, Editores, S.A.)

Depois da Expo Xangai 2010, nos últimos quatro anos, as exportações de vinhos portugueses para a China aumentaram. Em 2013, cerca de 70 empresas portuguesas vinícolas participaram numa grande feira internacional do setor em Xangai, que confirma o crescente interesse das empresas de Portugal pelo mercado da China, e ao mesmo tempo confirma que o autor tem uma perspicácia invulgar e um conhecimento profundo sobre a China. Como se lê na capa do livro:

«Nunca nenhum português falou assim da China. Por uma razão: o autor deste livro é o português que mais bem conhece a China, toda a China.»

CONCLUSÃO

Longe ficaram aqueles primeiros momentos do século XVI, em que os portugueses alcançaram a longínqua China. Quinhentos anos depois, a história das relações luso-chinesas continua a ser escrita.

Os primeiros contatos desenvolveram-se na atividade comercial. Quando os portugueses conquistaram Malaca, encontraram ali os mercadores chineses. Daí proveio a ideia de atingir a China para realizar proveitosas trocas comerciais. A primeira embaixada à China, ordenada pelo rei D. Manuel, resultou num fracasso. Nessa ocasião, os portugueses frequentaram os mares e portos da China, no exercício da sua actividade comercial. Nos anos seguintes, as relações estreitaram-se quando os portugueses foram autorizados a fixarem-se em Macau.

Durante a Dinastia Qing, as relações luso-chinesas desenvolveram-se em torno de Macau. Por efeito da ameaça de tumultos e da pirataria, o imperador fechou as portas da China ao mundo durante dois séculos. Macau foi o único porto livre, com características muito próprias a nível económico-social, político e cultural. Com o declínio do Império do Meio, Macau tornou-se oficialmente colónia de Portugal. Cada vez mais os portugueses se fixaram em Macau. Com efeito, nesta cidade nasceu uma nova comunidade macaense.

Na segunda metade do século XX, o relacionamento entre Portugal e a República Popular da China desenvolveu-se através da cooperação económica bilateral e da comunicação cultural. Numa conjuntura internacional em que as interdependências entre os países se intensificou, Portugal e a China resolveram sucessivamente a questão de Macau, criaram condições favoráveis para a realização de investimentos e aumentaram a prosperidade em ambos os Estados. Os intercâmbios culturais promoveram a compreensão e a amizade entre os povos portugueses e chineses.

Durante cinco séculos, a evolução do relacionamento entre Portugal e a China, como acima mencionado, passou por três períodos. Nesse caminho, houve avanços e

recuos, mas de um modo geral as relações luso-chinesas experimentaram bons progressos. O encontro das duas civilizações provocou naturais discordâncias. Apesar disso, os dois países resolveram bem os problemas, não tendo aparecido conflitos graves e refregas cruéis. Portanto, as relações luso-chinesas existiram numa base de pragmatismo, realização do lucro e interesse comum.

A transferência da soberania de Macau, mesmo encerrando um capítulo, não representou o fim da cooperação luso-chinesa. Na atualidade, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) constitui um grupo de grande relevância económica. Sendo o português uma das línguas mais faladas no mundo, o principal objetivo é aproveitar o seu potencial. Ao longo da última década, a cooperação económica e comercial entre a China e a CPLP entrou num novo ciclo. A visita do Presidente português Cavaco Silva à China, em 2014, abriu perspectivas positivas para o futuro das relações bilaterais.

No caso de Macau, a sua história está profundamente marcada pelo pulsar do seu porto desde a chegada dos portugueses. A nosso ver, Macau é realmente o mais remoto padrão da atividade excepcional dos portugueses no oriente nesses tempos gloriosos. A partir da altura em que os portugueses se estabeleceram em Macau, os dois mundos encontraram-se.

Como primeira porta de acesso do ocidente à China, Macau contribuiu de forma notável para a criação de uma rede de contatos e para o desenvolvimento do conhecimento entre a China e o resto do mundo. A cidade desenvolveu uma visível dualidade cultural que permanece até aos dias de hoje. Com o passar do tempo, este valioso legado cultural tornou-se evidente em formas, tangíveis ou intangíveis, que refrescam o espírito da cidade. Isto significa que Macau continuará a desempenhar um papel de relevo nas relações luso-chinesas.

Outra conclusão importante é que a sinologia nasceu com a chegada dos portugueses à China no século XVI. Os portugueses foram os primeiros visitantes da China na Idade Moderna, e ao mesmo tempo iniciaram os primórdios da sinologia

moderna. Na história, os escritores portugueses passavam muito tempo avistando a China, registaram o testemunho e as suas visões, apresentaram um verdadeiro conhecimento da China.

Durante as suas vivências orientais, os portugueses aprendiam a língua chinesa, estudavam a cultura oriental, visitavam muitas regiões, tornaram-se os primeiros sinólogos. Por um lado, estes portugueses registaram as suas impressões acerca da cultura chinesa e deixaram-nos muitas obras maravilhosas, por outro lado, traduziram alguns livros chineses para os ocidentais.

Esses escritores portugueses compuseram um olhar geral, romperam as fronteiras do pensamento convencional e promoveram o estudo do Oriente. No século XVI, Fernão Mendes Pinto deu um tom emocionado à sua prosa, escreveu um livro maravilhoso, a *Peregrinação*. E o outro autor quinhentista, Galiote Pereira, relatou a geografia física e humana do Império do Meio, legando-nos um livro digno de crédito, o *Tratado da China*.

Desde o século XVIII, no minúsculo território de Macau, o intercâmbio intercultural entre portugueses e chineses originou a literatura macaense em língua portuguesa. O poeta português Barbosa du Bocage deixou-nos poemas alusivos a Macau no século XVIII, de que é exemplo o soneto *Um Governo sem mando*. Um “filho da terra”, Henrique de Senna Fernandes, escreveu o romance *A Trança Feiticeira* que tem uma forte cor local e conta uma bonita história de amor entre as duas nacionalidades.

Com o passar do tempo, o século XXI tem assistido a um renascimento das atividades sinológicas. Um sinólogo português, Luís Cabral, narra os seus pensamentos e sentimentos sobre muitos aspetos da China. Escreveu a *China vista por um sinólogo português*. E outro sabedor português, António Graça de Abreu, concretizou em palavras a sua peregrinação pela atual China e deixou-nos a obra *Toda a China*.

Através desses livros em português, os leitores podem observar que essas obras

não são apenas acerca da China, mas também repercutem a própria civilização chinesa. No passado, os portugueses deram as suas contribuições para a divulgação de informações sobre o Oriente. Ainda hoje, os sinólogos portugueses como guias de um olhar ocidental, conduzem-nos à descoberta do mundo oriental.

Que futuro espera o relacionamento entre Portugal e a China? Numa conjuntura internacional em que as interdependências entre os países se intensificam, apesar de diferenças ideológicas, Portugal e a China continuarão a cooperar segundo o conceito de “harmonia sem uniformidade”, que incentiva as relações diplomáticas, económicas e culturais entre os dois países.

A cultura chinesa já influenciou muitos escritores e pensadores europeus, tais como Johann Wolfgang von Goethe e Voltaire. E simultaneamente, as ideias avançadas do Ocidente já estimularam os intelectuais chineses a derrotar a sociedade feudal, de forma a estabelecer um país democratizado. Espero que a sinologia continue e se desenvolva. Longe vai a época do isolamento. A China congratula-se com a chegada dos portugueses. A amizade dos dois países continua a ser escrita.

ANEXOS

Anexo 1- Breve cronologia dos eventos importantes

Ano	Eventos
1511	Conquista de Malaca por D. Afonso de Albuquerque
1517	Os portugueses chegam a Cantão na China
1557	Macau é cedido aos portugueses pelo imperador chinês, como recompensa dos serviços prestados na luta contra os piratas
1573	As autoridades chinesas exigem aos portugueses o pagamento de uma renda anual pela ocupação de Macau.
1587	Macau é elevado a cidade adoptando o nome de “Cidade do Nome de Deus de Macau”.
1688	As autoridades chinesas estabelecem uma alfândega em Macau.
1784	É criada uma alfândega portuguesa em Macau.
1844	Macau ingressa na organização administrativa ultramarina portuguesa.
1846-1849	O Governador João Ferreira do Amaral ordena o fim do pagamento da renda anual e dos impostos à China, bem como a expulsão dos mandarins de Macau e a abolição da alfândega chinesa.
1887	Através do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português, a China reconheceu oficialmente a soberania e a ocupação perpétua portuguesa sobre Macau
1893	É criado o Liceu de Macau para o ensino da língua portuguesa.
1906	As notas de patacas entram em circulação.
1979	Portugal estabelece relações diplomáticas com a RPC
1987	Assinada em Pequim, pelo Governos de Portugal e Pelo Governo da China, «Declaração conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a questão de Macau»
1999	Transferência de soberania de Macau para a RPC

2005	Portugal e a China estão ligados por um acordo de “parceira estratégica global”
------	---

Anexo 2- Mapas da China (Dinastia Ming, Dinastia Qing e RPC)



Mapa da dinastia Ming

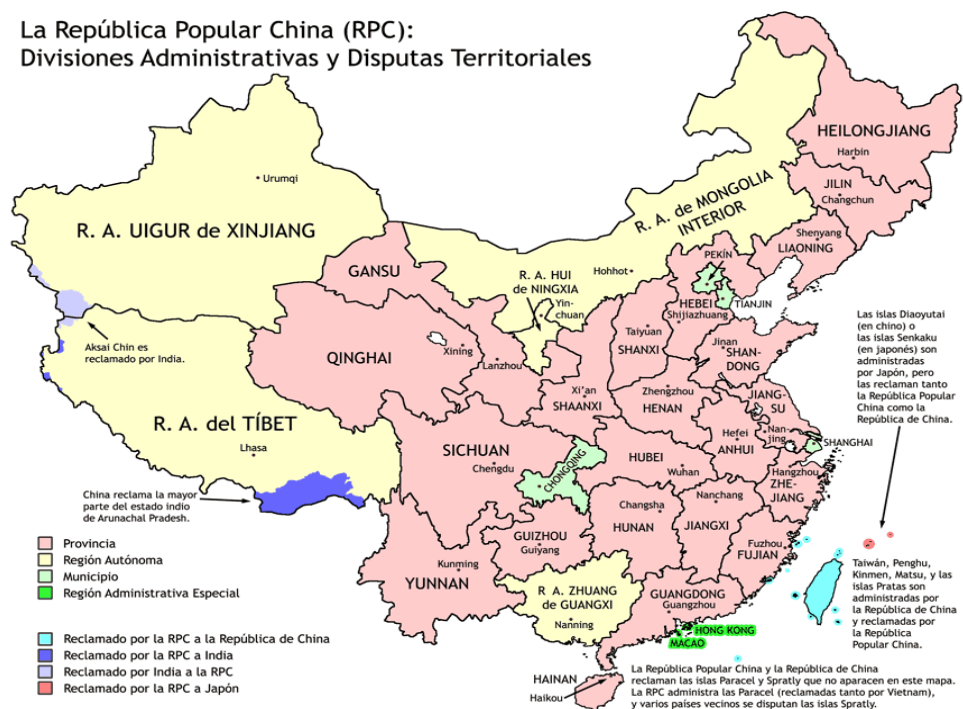
(Proveniência: http://tranca-on-line.blogspot.pt/2010_01_01_archive.html)



Mapa da Dinastia Qing

(Proveniência: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dinastia_Qing, acedido em 20 de maio de 2015)

La República Popular China (RPC): Divisiones Administrativas y Disputas Territoriales



Mapa da República da China

(Proveniência: http://pt.wikipedia.org/wiki/Subdivis%C3%B5es_da_Rep%C3%BAblica_Popular_da_China#/media/File:China_administrative.png, acedido em 20 de maio de 2015)

Anexo 3- Mapas de Macau (do século XVI ao XXI)



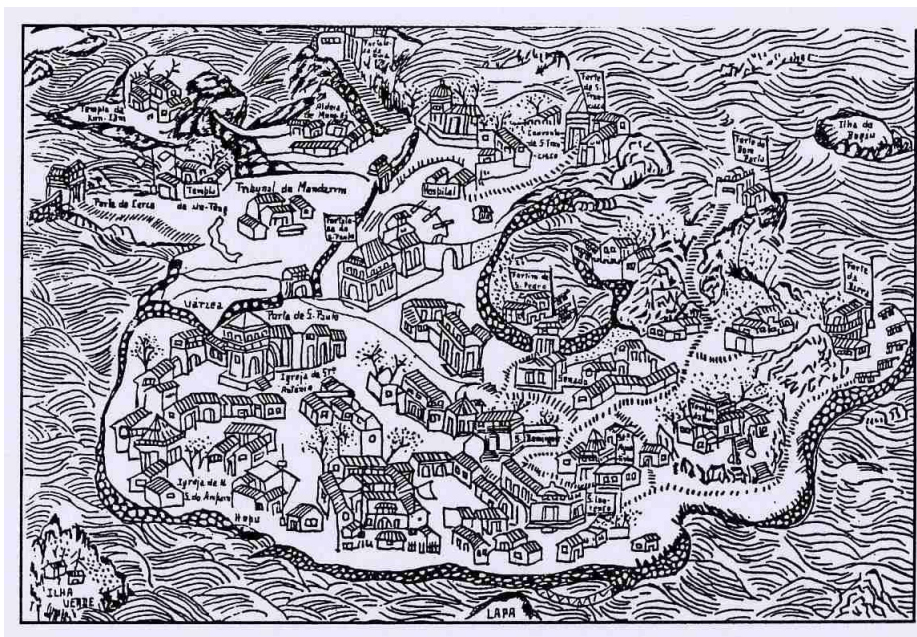
Mapa de Macau do século XVI

(Proveniência: Oliveira, Francisco Roque (2006). *Cartografia antiga da cidade de Macau*.
Barcelona: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Vol. X, N. 218)



Mapa de Macau do século XVII

(Proveniência: Arquivo Histórico Nacional nº 1 da China, Pequim)



Mapa de Macau do século XVIII

(Proveniência: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-53.htm>)



Mapa de Macau do século XVII ao XIX

(Proveniência: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-53.htm>)



Mapa de Macau no século XXI

(Proveniência: <http://www.guiageo-china.com/mapas/macau.htm>)

BIBLIOGRAFIA

- Abreu**, António Graça (2001). *China de Seda*. Lisboa: Universitária Editora
- Abreu**, António Graça (2009). *Poemas de Han Shan*. Macau: Editora Cod
- Abreu**, António Graça (2013). *Toda a China* (Vol. I). Lisboa: Autor e Guerra e Paz
- Abreu**, António Graça (2014). *Toda a China* (Vol. II). Lisboa: Autor e Guerra e Paz
- Aires**, Cristóvão (1904). *Fernão Mendes Pinto: Subsídios para a sua biografia e para o estudo da sua obra*. Lisboa: Academia das ciências
- Almeida**, Fátima (2012). *História inacabada do escritor macaense*. *Jornal Tribuna de Macau*. Macau, n.º 28, Set., p. 2
- Alves**, Leonel (1983) *Por caminhos solitários*. Macau: Edição do Autor
- Amaro**, Ana Maria & **Justino**, Carlos (1998). *Estudos sobre a China*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Botas**, João. *Trança Feiticeira: o livro e o filme*. Macau: *Notícia de Macau Antigo*, (29) Dez. 2009
- Cabral**, Luís (2014) *China Vista por um Sinólogo Português*. Hunan: Edições Humus
- Chang**, T'ien-tse (1933). *Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644: A Synthesis of Portuguese and Chinese Sources*. Peking: Leiden
- Clunas**, C. (1996). *Garden Culture in Ming Dynasty China*. Londres: Reaktion Books
- Coelho**, José Maria L. (1880). *Galeria de Varões Ilustres de Portugal*, 1.º Volume: Luís de Camões. Lisboa: Empreza Horas Românticas
- Collis**, Maurice (1990). *The Grande Peregrination: Being the life and adventures of Fernão Mendes Pinto*. Oxford: Carcanet Press
- Correia**, João David Pinto (2002). *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Lisboa: Edições Duarte Reis
- Cruz**, Gaspar da. Frei (1997). *Tratado das coisas da China*. Lisboa: Cotovia
- Fernandes**, Henrique de Senna (1996). *A Trança Feiticeira*. Macau: Instituto Cultural de Macau
- Ferreira**, Rogério (1934). *Os portugueses na China e a fundação de Macau*. Porto: Exposição Colonial Portuguesa

- Flores**, Alexandre M., Reinaldo Varela Gomes e R. H. Pereira de Sousa (1983). *Fernão Mendes Pinto: subsídios para a sua bio-bibliografia*. Almada: Câmara Municipal de Almada
- Gelber**, Harry G. (2008). *O dragão e os diabos estrangeiros*. Porto: Editores S.A.
- Goldman**, Merle (1952). *Historical perspectives on contemporary East Asia*. Cambridge: President and Fellows of Harvard College
- Gomes**, Reinaldo Varela (1983). *Fernão Mendes Pinto: subsídios para a sua bio-bibliografia*, Almada: Illustrated edition
- Gu**, Changsheng (1981). *Missionaries and Mordern China*. Xangai: People's Publishing House
- Guimarães**, Ângela (1996). *Uma relação especial: Macau e as relações Luso-Chinesas*. Lisboa: Cies
- He**, Gaoji (1983). *China in the Sixteenth Century: The Journals of Matteo Ricci*. Xangai: China Book Publishing House
- Hsu**, Immanuel C. Y. (2000). *The rise of modern China*. New York: Oxford University Press
- Huang**, Ray (1993) *Zhong guo da li shi*. Taibei: Sanlian [A história da China]
- Huang**, Ray (2007) *Guan xi qian wan chong*. Taibei: Sanlian [As relações complexas]
- Loureiro**, Rui (1989). *Notícias da China e do Tibete*. Lisboa: Alfa
- Melyan**, Gary G. & **Chu**, Wen-kuang (2009). *I Ching- O caminho da sabedoria*. Peking: Editora 7 Hill
- Pereira**, Galiote (1989). *Primeiros escritos portugueses sobre a China*. Lisboa: Alfa
- Pessanha**, Camilo (1924). *Camões nas paragens orientais*. Burgo Portucalense: Petrus
- Pinto**, Fernão Mendes (1984). *Peregrinação*. Porto: Lello & Irmão
- Pinto**, Fernão Mendes (1995). *Peregrinação*. Maia: Castoliva
- Pires**, Benjamim Videira (1986). *Espelho do Mar*. Instituto Cultural de Macau
- Rego**, António da Silva (1946). *A presença de Portugal em Macau*. Lisboa: Agência Geral das Colónias
- Said**, Edward W. (2004). *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*. Lisboa: Cotovia
- Silva**, Basto (1992). *Cronologia da História de Macau - séculos XVI - XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação

- Soares**, José Caetano (1950). *Macau e a assistência*. Lisboa: Agência Geral das Colónias
- Spence**, Jonathan (1998). *The Chan's Great Continent: China in Western Minds*. New York: Norton & Co.
- Sun**, Lam (2013). *A Herança de Confúcio*. Braga: Instituto Confúcio da Universidade do Minho
- Teixeira**, Manuel (1984) *Macau no século XVIII*. Macau: Imprensa Nacional de Macau
- Vale**, A. M. Martins (2000) *Entre a cruz e o dragão*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa
- Venâncio**, José Carlos (2005). *A dominação colonial*. Protagonismos e heranças. Lisboa: Editorial. Estampa
- Venâncio**, José Carlos (2005). *A dominação colonial*. Protagonismos e heranças. Lisboa: Editorial. Estampa
- Viale**, Robert (1991). *Pérégrination*. Paris: Aux Éditions de la Différence
- Viana**, António Manuel Couto (1998). *Bocage no Extremo Oriente*, Macau: Revista de cultura Nº 37
- Wang**, Suoying (1998). *Antologia dos viajantes Portugueses na China*. Macau: Instituto Cultural de Macau
- Alves**, Jorge Manuel dos Santos. *A primeira década de diplomacia luso-chinesa após a fundação de Macau*. Macau: Revista da Cultura, S. 3(19) Abr.- Jun. 1994
- Loureiro**, Rui Manuel. *A fundação de Macau*. Lisboa: Forma, (36) Mar. 1990
- Loureiro**, Rui Manuel. *O Extremo Oriente na literatura portuguesa de expansão*. Lisboa: História, A.13 (136) Jan. 1991
- Santos**, Isaú. *As relações luso-chinesas através de Macau nos séculos XVI e XVII*. Macau: Revista de Cultura, A. 2, 2 (7- 8) Out. 1988 a Mar. 1989